



MINISTÉRIO DA SAÚDE

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Relatório de Gestão

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO.....	4
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS.....	5
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	5
2.2 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO.....	7
2.3 - PROGRAMAS.....	10
2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	44
2.4.1. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS	47
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	48
4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	49
5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO	50
6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	75
7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	76
8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	80
9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA..	81
10. OPERAÇÕES DE FUNDOS	82
11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO	83
12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO.....	84
13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	106
14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.....	108
15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO .	109
16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	110
17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO	111
18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	112

ANEXO I - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	113
ANEXO II – ROL DE RESPONSÁVEIS	115

1. IDENTIFICAÇÃO

Dados identificadores da Unidade Jurisdicionada- UJ

a) Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS	
b) CNPJ	0039454410023-90	
c) Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
d) Vinculação ministerial	Ministério da Saúde	
e) Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco "G", Edifício Sede, 1º andar – CEP: 70058-900, Brasília, DF	
f) Endereço da página institucional na internet	www.saude.gov.br/svs	
g) Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A SVS foi criada pelo Decreto nº 4.726 de 09 de junho de 2003 que aprovou sua inclusão na estrutura regimental do Ministério da Saúde – MS. Decreto 5.974 de 29 de novembro de 2006 – aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do MS, revogando o Decreto nº 4.726 de 2003. Portaria 2. 123/GM de 07 de outubro de 2004 – aprova os regimentos internos dos órgãos do MS.	
h) Nome e código no SIAFI	Secretaria de Vigilância em Saúde - 257002	
i) Código da UJ titular do relatório	257002	
j) Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
k) Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
l) Função de governo predominante	Saúde	
m) Tipo de atividade	Finalística	
n) Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Vigilância em Saúde	257002

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1. Responsabilidades Institucionais

A Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS reúne todas as ações de vigilância, prevenção e controle de doenças, além da promoção à saúde, numa única estrutura do Ministério da Saúde, a partir de sua criação, em 2003. É responsável pela coordenação nacional das ações executadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nas áreas de vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis e não-transmissíveis, programas de prevenção e controle de doenças, vigilância em saúde ambiental, atenção à saúde do trabalhador, informações epidemiológicas e análise de situação de saúde. Essas responsabilidades são compartilhadas, segundo as atribuições de cada esfera de governo, com os gestores estaduais e municipais.

A SVS coordena programas relevantes de prevenção e controle, como: doenças sexualmente transmissíveis e Aids, dengue, malária, hepatites virais, hanseníase e tuberculose, entre outros; o Programa Nacional de Imunizações (PNI); a investigação e resposta aos surtos de doenças emergentes de relevância nacional; a rede nacional de laboratórios de saúde pública e os sistemas de informações de doenças de notificação compulsória, mortalidade e nascidos vivos. A vigilância em saúde inclui, além da área tradicional de vigilância epidemiológica das doenças transmissíveis, novos objetos, como, promoção da saúde, vigilância de doenças e agravos não transmissíveis, vigilância em saúde ambiental e a análise da situação de saúde, que necessitam sistemas, permanentes e contínuos, de monitoramento, com o objetivo de desencadear ações oportunas para reduzir e eliminar riscos.

Também integram a SVS as unidades de ensino e pesquisa Instituto Evandro Chagas (IEC) e o Centro Nacional de Primatas (CENP). O IEC realiza investigações e estudos científicos nas áreas de ciências biológicas, meio ambiente e medicina tropical e análises laboratoriais para doenças tropicais e viroses, particularmente para a Região Amazônica. O CENP é o responsável pela criação e reprodução de primatas não humanos, sob condições controladas, para apoiar investigações biomédicas desenvolvidas no Brasil e no exterior e assegurar a preservação das espécies.

Como forma de potencializar as ações de promoção da saúde e proteção do meio ambiente, destaca-se o estímulo à articulação entre as três esferas de governo por meio de ações integradas com a sociedade civil organizada. Essa articulação fortalece as instâncias gestoras para enfrentamento dos determinantes socioambientais e para a prevenção de agravos decorrentes da exposição humana a ambientes adversos. Destaque para as ações voltadas para a alimentação saudável, prática corporal e atividade física, prevenção e controle do tabagismo, redução da morbimortalidade por acidente de trânsito, redução da morbimortalidade em decorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas, prevenção das violências e estímulo à cultura de paz e promoção do desenvolvimento sustentável.

O Brasil é um dos cinco países do mundo a possuir uma sala especialmente equipada com os mais modernos recursos tecnológicos para receber informações sobre a ocorrência de surtos e emergências epidemiológicas que coloquem em risco a saúde da população em qualquer local do país. O Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde - Cievs funciona como ferramenta de trabalho fundamental para coordenar o sistema nacional de vigilância em saúde do país. Seu foco principal é o acompanhamento de um conjunto de doenças que, pelo seu elevado potencial de disseminação e/ou riscos à saúde pública, necessitam de acompanhamento por parte do Ministério da Saúde. Também está incluída a ocorrência de "agravos inusitados", que são casos ou óbitos de doença de origem desconhecida ou alteração no padrão epidemiológico de doença conhecida. Todas as notificações que chegarem pelo Disque Notifica, pelo E-notifica ou detectadas no noticiário nacional serão comunicadas imediatamente às secretarias estaduais de Saúde e avaliadas pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), para terem sua veracidade e relevância epidemiológica verificadas.

De posse da informação, a secretaria estadual ou municipal de Saúde tem condições de adotar, de forma ágil, as medidas adequadas para a investigação epidemiológica e bloqueio da disseminação de doenças. O Ministério da Saúde passa a acompanhar, neste momento, e por meio do Cievs, o comportamento epidemiológico da doença e estará pronto para enviar equipes treinadas para detecção e resposta de surtos, sempre que for necessário. Os casos que se

configurarem como de relevância nacional serão investigados pela Unidade de Respostas Rápidas (URR) da SVS que utilizará a estrutura tecnológica do CIEVS para acionar técnicos, especialistas, redes de profissionais, secretarias de saúde, laboratórios e institutos de pesquisa. O CIEVS visa, assim, ser um mecanismo facilitador para a integração das equipes de campo com os gestores e técnicos dos diversos níveis dos SUS.

2.2 - Estratégia de atuação

Para o alcance dos objetivos propostos nos programas gerenciados pela SVS, foram adotadas estratégias para o aprimoramento e fortalecimento do sistema de vigilância epidemiológica, ambiental em saúde e ações de atenção à saúde do trabalhador.

No contexto do Sistema Único de Saúde existem ações de competência do próprio Ministério da Saúde que são executadas de forma direta e outras de competência das Secretarias Estaduais de Saúde – SES e Secretarias Municipais de Saúde - SMS cuja execução de forma descentralizada é viabilizada pelo mecanismo de transferência fundo a fundo, ressaltando o financiamento tripartite desse processo.

São ainda celebrados convênios com instituições de ensino e pesquisa para avaliação e construção da rede de formação de recursos humanos em vigilância em saúde; fomento ao desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias para prevenção e controle de doenças negligenciadas; e, apoio à realização de eventos técnico-científicos de interesse na área de epidemiologia e vigilância em saúde. Outra estratégia utilizada é a celebração de Termos de Cooperação Técnica com a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, para a realização de capacitações e eventos técnico-científicos visando o desenvolvimento de ações de prevenção e controle de doenças.

Articulações e parcerias contribuem, sobremaneira, para realização de ações de promoção, vigilância e prevenção, como o apoio dos entes da Federação, adesão voluntária da população e do corpo artístico, entre outras. Por outro lado, dificuldades no processo de pactuação e restrições orçamentárias se apresentam

como entraves no desenvolvimento dos Programas da área.

Como principais realizações dos Programas executados, em 2008, pela SVS ressaltam-se: a realização da Campanha Nacional de Vacinação para Eliminação da Rubéola no Brasil; a assinatura do Contrato de Gestão entre a SVS e a Fiocruz; a integração das ações de vigilância com a atenção básica; e, a realização da 8ª Expoepi-Mostra Nacional de Experiências Bem-Sucedidas em Epidemiologia, Prevenção e Controle de Doenças.

No ano de 2008, destaca-se o êxito da Campanha Nacional de Vacinação para Eliminação da Rubéola no Brasil. A campanha foi realizada em articulação do MS com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, com apoio e participação da sociedade civil organizada. Constitui etapa inicial para o alcance da meta de eliminação da rubéola e da Síndrome da Rubéola Congênita - SRC até o ano de 2010, um compromisso internacional do Brasil junto aos países das Américas. Teve como público alvo homens e mulheres com idade entre 20 e 39 anos, em todas as Unidades da Federação – UF. Foi considerada a maior campanha do Brasil e do mundo, pela sua abrangência, complexidade e utilização de estratégias ousadas para alcance dos grupos alvo.

A esfera federal disponibilizou cerca de 85 milhões de seringas e agulhas e 84,5 milhões de doses de vacinas dupla viral e tríplice viral aos estados e descentralizou R\$ 42 milhões para apoiar a operacionalização nos estados e municípios, conforme pactuação na Comissão Intergestores Bipartite, em cada UF. Destaca-se ainda, o gasto de R\$ 263,8 milhões na ação programática de “Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças”, para aquisição deste montante de vacinas.

Em uma ação de inovação no processo de aperfeiçoamento da gestão dos recursos financeiros e técnicos a SVS e a Fiocruz tomaram a decisão de celebrar um Contrato de Gestão - CG. A assinatura deste CG incorpora ao orçamento regular da Fiocruz os recursos destinados à aquisição de vacinas e kits diagnósticos produzidos por Biomanguinhos o que permite evitar o desabastecimento das unidades do SUS e potencializar a efetividade das ações de prevenção e a adoção de medidas de controle em situações de emergência epidemiológica. Como resultado, cerca de R\$

520 milhões já foi incorporado ao orçamento Fiocruz de 2009, deixando de estar condicionado a contratos pontuais para o atendimento de demandas de produtos específicos. O Contrato de Gestão possibilita definir os recursos orçamentários de acordo com as necessidades reais, com vigência de cinco anos, podendo ser prorrogado por mais cinco.

Outro aspecto de inovação na gestão do processo de trabalho visando potencializar recursos e aperfeiçoar resultados refere-se à definição, pela SVS, da integração entre a atenção básica e a vigilância em saúde como prioridade político-institucional. Tal iniciativa exige o planejamento dessa integração nos âmbitos estadual, regional e municipal uma vez que diversos programas de prevenção e controle que estão sob a gerência técnica da SVS têm suas atividades executadas pela atenção básica nos municípios.

A Política Nacional de Atenção Básica, publicada em março de 2006, elege como eixo orientador o atendimento integral à saúde da população de territórios delimitados como objeto de atuação dos profissionais das unidades de saúde, apresentando-se como espaço privilegiado para o exercício de práticas de vigilância em saúde. A análise da situação de saúde das áreas de abrangência das unidades básicas permite a identificação de problemas de saúde, seus possíveis determinantes e condicionantes, conhecimento essencial para o planejamento e execução de ações articuladas de proteção, promoção e recuperação da saúde, e de prevenção contra riscos e agravos. A identificação de fatores de risco e de proteção à saúde, existentes na estrutura e na dinâmica que compõem o território em que vive a população adscrita é uma das tarefas fundamentais do processo de trabalho das equipes de atenção básica.

A Expoepi que tem como objetivo dar visibilidade às experiências exitosas desenvolvidas pelos serviços locais no âmbito da vigilância em saúde e que possam ser reproduzidas por estados e municípios visando a melhoria na gestão descentralizada e conseqüentemente dos resultados na prevenção e controle das doenças, realizou a sua 8ª edição. Esta edição destacou experiências bem sucedidas de integração entre vigilância em saúde e a atenção básica que reflete uma das grandes metas da vigilância, e da saúde do trabalhador como área mais

recente da vigilância incorporada à SVS, ao lado de temas tradicionais como, tuberculose, dengue, hepatites virais, entre outros.

Como resultado das inúmeras estratégias de atuação, na busca do aperfeiçoamento da gestão, em 2008, a SVS executou o montante de R\$ de 2,9 bilhões o que representa 89,4% do total do orçamento autorizado. Do total de 29 Ações de sua responsabilidade, 17 apresentaram execução acima de 90% e, 06 executaram entre 80 e 90%. O baixo desempenho das demais Ações decorreu principalmente da morosidade dos processos licitatórios e da fragilidade na capacidade de gerenciamento dos procedimentos administrativos.

2.3 - Programas

No Plano Plurianual (PPA) 2008 - 2011 a Secretaria de Vigilância em Saúde tem sob sua gerência dois Programas finalísticos com os seguintes objetivos:

- Prevenir e/ou controlar agravos e/ou doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna;
- Promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos determinantes e condicionantes dos processos saúde-doença, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura e acesso a bens e serviços essenciais.

Programas
1444 – Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos
1446 – Implementação da política Nacional de Promoção da Saúde

A atual configuração do PPA permite que ações programáticas de responsabilidade da Secretaria estejam inseridas em outros Programas finalísticos do Ministério da Saúde, quais sejam: as referentes à aquisição de medicamentos para tratamento de portadores de HIV/AIDS, à implementação das ações do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e de atenção à saúde do trabalhador.

2.3.1. Programa 1444 – Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos

Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prevenir e/ou controlar agravos e/ou doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas de maneira oportuna.
Objetivos Específicos	Produção e qualificação da informação utilizada no processo de tomada de decisão; identificação de prioridades e análise das necessidades e desigualdades em saúde; Suprimento da rede pública com imunobiológicos em quantidade e qualidade que atendam à demanda da população; Coordenação nacional dos sistemas de informações para vigilância em saúde; Produção, aquisição e distribuição de insumos para a prevenção e controle de doenças transmissíveis e imunopreveníveis; Promoção e apoio às atividades voltadas à vigilância, prevenção e controle das doenças crônicas, as transmitidas por vetores e das doenças e agravos não transmissíveis; Manutenção e ampliação da estrutura física; apoio oportuno às ações de prevenção e controle de surtos, epidemias, calamidades publicas e emergência em saúde publica de relevância nacional e/ou internacional, conforme definido no Regulamento Sanitário Nacional.
Gerente do programa	Gerson de Oliveira Penna
Gerente executivo	Fabiano Geraldo Pimenta Junior
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores utilizados para avaliação do Programa	Índice de incidência de AIDS Índice de incidência da Malária na Amazônia Legal (IPA) Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de um ano Taxa de Cura da Hanseníase Taxa de Cura da Tuberculose Proporção de Casos Notificados Encerrados Oportunamente
Público-alvo	Sociedade

2.3.2. Principais Ações do Programa 1444

O Programa Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos possui 19 Ações, dentre as quais foram selecionadas 13, para destaque e detalhamento. Ressalva-se que no quadro demonstrativo das metas e resultados de cada Ação a execução financeira apresentada refere-se ao montante de recurso empenhado.

2.3.2.1. AÇÃO: 10.305.1444.6031 – Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Suprir a Rede Pública com imunobiológicos em quantidade e qualidade que atendam à demanda da população para que se atinjam as metas de controle e prevenção das doenças imunopreveníveis.
Descrição: Aquisição, armazenamento, acondicionamento, distribuição e transporte de vacinas e soros para estados e municípios visando a vacinação da população bem como apoio à central nacional de armazenagem e distribuição de insumos. Adequação da Rede de Frio por meio da aquisição de equipamentos, construção, reforma e ampliação das centrais estaduais, regionais e municipais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador da ação: Marília Mattos Bulhões
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: CGPNI
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei nº 6259 de 30/10/75; Lei nº 8080 de 19/09/90/ Prt/GM nº 1172 de 15/06/04; Prt/GM nº 597 de 08/04/04; Prt/SVS Nº 11 de 03/09/03; Prt/SVS Nº 34 de 26/11/03; Prt/GM Nº 2325 de 08/12/03; IN/SVS nº 01 de 08/12/03; Prt/SVS nº 33, de 14/06/2005; Prt/SVS nº48, de 28/07/2004; Prt/MS nº1.602, de 17/07/2006; Prt/MS nº 1.172, de 15/06/2004.

O objetivo desta Ação é suprir a rede pública de serviços de saúde com imunobiológicos na quantidade necessária e qualidade preconizada para imunização da população, contemplada no calendário de vacinação. Considera-se como público alvo toda população brasileira, mais especialmente, crianças menores de 5 anos, adolescentes, mulheres em idade fértil, idosos e grupos de risco.

O Programa Nacional de Imunizações disponibiliza mensalmente imunobiológicos para as 27 UF. Durante o ano de 2008, 100% das Unidades Federadas foram supridas do quantitativo solicitado pelas SES, a fim de prevenir, controlar e/ou erradicar as doenças imunoprevíníveis em todo o país, assim como, garantir os resultados já alcançados, por meio de vacinação de rotina, de campanhas de vacinação, de bloqueio de surtos e de imunização nos centros de referência para imunobiológicos especiais. Vale destacar a aquisição e distribuição de 84,5 milhões de doses de vacinas dupla viral e tríplice viral para realização da Campanha Nacional de Vacinação contra Rubéola.

Para implementação desta Ação foram estabelecidas as especificações técnicas dos imunobiológicos para atendimento das necessidades do Programa e realizados contratos, convênios e cooperação técnica com organismos internacionais.

O monitoramento se dá desde a aquisição dos imunobiológicos até o recebimento, distribuição, armazenamento e controle de estoques e, a avaliação é realizada por meio da análise de produtos distribuídos, utilizados e descartados, perdas técnicas e operacionais. A avaliação dos resultados ocorre em relação à população vacinada, doses administradas, cobertura alcançada e homogeneidade de cobertura dos municípios.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação.

Produto	Dose distribuída - Imunobiológicos distribuídos para atendimento oportuno e descentralizados das demandas de imunização		
Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	360.795	346.996	96.2
Financeira	829.719.874, 00	805.516.623, 00	97.8

2.3.2.2. AÇÃO: 10.305.1444.8725 – Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Proporcionar a imunização da população de forma a reduzir a morbidade e mortalidade por doenças imunopreveníveis
Descrição: Apoio às ações de vacinação de rotina e campanha de vacinação, e, quando necessário, em bloqueios vacinais; viabilização de capacitação de profissionais de saúde nas ações de vacinação; execução das ações de supervisão e assessoramento técnico a estados e municípios; produção de material técnico-informativo; realização de pesquisa na área de prevenção e controle de imunopreveníveis; realização eventos técnicos e científicos. Modernização de instalações e equipamentos; adequação dos laboratórios às normas de biossegurança, boas práticas de laboratório e boas práticas de fabricação; incorporações de novas tecnologias de produção e controle de qualidade por meio de transferência de tecnologia; Aperfeiçoamento dos sistemas de informações do Programa Nacional de Imunizações; execução das ações complementares, excepcionalmente, em caráter suplementar, quando constatada a insuficiência da ação estadual.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador da ação: Marília Mattos Bulhões
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: CGPNI
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei nº 6259 de 30/10/75; Lei nº 8080 de 19/09/90/ Portaria/GM nº 1172 de 15/06/04; Portaria/GM nº 597 de 08/04/04; Portaria/SVS Nº 11 de 03/09/03; Portaria/SVS Nº 34 de 26/11/03; Portaria/GM Nº 2325 de 08/12/03; IN/SVS nº 01 de 08/12/03; Portaria/SVS nº 33, de 14/06/2005; Portaria/SVS nº48, de 28/07/2004; Portaria/MS nº1.602, de 17/07/2006; Portaria/MS nº 1.172, de 15/06/2004.

Mesmo com o reconhecido avanço atual, ainda se constituem como problemas de saúde pública o controle, a erradicação e eliminação das doenças imunopreveníveis. A redução da morbimortalidade por doenças imunopreveníveis no período neonatal, na infância, na adolescência, nos idosos acima de 60 e nos grupos de risco, é o principal objetivo dessa ação. A importância do alcance desse objetivo se dá pela sustentabilidade do controle de doenças consideradas erradicadas, eliminadas ou mesmo, em declínio acentuado.

A implementação dessa Ação é coordenada pela esfera federal no que se refere, principalmente, à cooperação técnica e financeira, normatização e capacitação de recursos humanos. O monitoramento se dá por meio de supervisão, sistematização e análise dos dados disponíveis nos sistemas oficiais de informação. Para avaliação

foi realizada a análise dos dados com relação à cobertura vacinal alcançada nas populações alvo e o acompanhamento da homogeneidade das coberturas alcançadas na totalidade dos municípios brasileiros. É analisada também, a morbimortalidade das doenças imunopreveníveis.

Quanto aos resultados alcançados, destaca-se o alcance da cobertura vacinal contra poliomielite de 97% na primeira etapa e de 94% na segunda etapa da campanha e o êxito da campanha de vacinação contra rubéola registrando um total de 67,1 milhões de pessoas vacinadas em todo o país, correspondendo a uma cobertura de 95,79%.

O percentual de alcance de apenas 71% da meta para esta Ação refere-se a dados preliminares de cobertura pela vacina “tetravalente”, para proteção contra difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções por *Haemophilus influenzae* tipo b, em crianças menores de um ano.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	População menor de um ano vacinada conforme calendário de vacinação da criança preconizado.		
Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	2.899.000	2.079.000	71,7
Financeira	14.259.491, 00	13.533.401, 00	94.9

2.3.2.3. AÇÃO: 10.305.1444.20AL – Incentivo Financeiro aos Estados, DF e Municípios Certificados para Vigilância em Saúde

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Promover ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de vigilância em saúde
Descrição: Repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de

saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal para custeio das ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador nacional da ação: Fabiano Geraldo Pimenta Junior
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: Diretoria de Gestão – DIGES
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei nº 6259 de 30/10/75; Lei nº 8080 de 19/09/90; Portaria GM nº 1172 de 15/06/04; Portaria GM nº 2325 de 08/12/03; Portaria GM nº 1349 de 24/07/02; Portaria Conjunta nº 8/SE/SVS, de 29/06/04.

Os recursos do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS destinam-se, exclusivamente, ao cofinanciamento (pelo critério de contrapartida de Estados e Municípios) das ações de Vigilância em Saúde, cujo repasse é feito automaticamente pelo Fundo Nacional de Saúde aos fundos estaduais e municipais de Saúde, em parcelas mensais, com a finalidade de garantir a sustentabilidade dos progressos obtidos na área e aprimoramento dos indicadores de morbimortalidade no país. Esse montante de recursos considera critérios que assinalam diferenciadores entre as Unidades Federadas, destacados: perfil epidemiológico, tamanho da população, área de seu território e dificuldades operacionais para execução das ações de prevenção e controle.

A totalidade dos recursos do TFVS em 2008 foi destinada aos estados e municípios certificados para cofinanciamento das ações típicas da vigilância em saúde de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de vigilância em saúde. Destaca-se que em dezembro/2008, as 27 unidades federadas e 5.375 municípios do país estavam certificados e, portanto, habilitados a receber os recursos provenientes do TFVS.

Deste total de recursos descentralizados, R\$ 74,6 milhões foram destinados à realização de campanhas de vacinação humana e campanhas de vacinação anti-

rábica animal; R\$ 65 milhões para o Fator de Incentivo aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública – FINLACEN; R\$ 27,5 milhões para implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde; e o incremento de R\$ 32 milhões para teto financeiro de municípios de regiões metropolitanas, definidos como prioritários para o desenvolvimento de ações contingenciais de prevenção e controle da dengue.

O monitoramento da execução dos recursos do TFVS é realizado por meio de informações geradas pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS/SE/MS. Para o monitoramento de processos e resultados das ações de Vigilância em Saúde há o acompanhamento das metas e indicadores que compõem os processos de pactuação (Pacto de Saúde, Programação das Ações de Vigilância em Saúde – PAVS). Com a finalidade de fortalecer o monitoramento, a SVS/MS instituiu e mantém um Grupo Técnico de Monitoramento, composto por representantes de cada uma de suas unidades organizacionais que realiza acompanhamento das 27 Unidades Federadas, duas vezes ao ano, das 26 capitais e de 25% dos municípios acima de 100.000 habitantes de cada estado, uma vez ao ano. A equipe utiliza instrumentos de monitoramento específicos, para unidades federadas e município - Roteiro, Instrutivo de Preenchimento e Relatório – que são revisados periodicamente e atualizados de acordo com a necessidade e diretrizes definidas.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	População coberta – Repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal para custeio das ações de notificação, investigação, vigilância ambiental, controle de doenças, imunizações, sistemas de informação, supervisão, educação em saúde, comunicação e mobilização social na área de epidemiologia e controle de doenças.		
Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	191.870	191.870	100
Financeira	906.700.000,00	906.662.098,00	99.9

2.3.2.4. AÇÃO: 10.305.1444.4382 – Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Dispor de um Sistema de Vigilância Epidemiológica, com infra-estrutura adequada e recursos humanos capacitados para identificar o perfil epidemiológico da população, suas necessidades e os fatores de risco que devem ser monitorados. O referido sistema deve subsidiar os gestores na formulação de políticas, planos e programas e no processo de tomada de decisão.
Descrição: Gerenciamento dos sistemas de informação da área de vigilância em saúde e integração com os demais sistemas de interesse epidemiológico; Assessoramento técnico a estados e municípios em vigilância em saúde; Acompanhamento e avaliação das ações de prevenção e controle de doenças; Capacitação de técnicos das três esferas de governo; modernização e aquisição de equipamentos de unidades de controle de zoonoses concorrendo para a prevenção e controle da transmissão de zoonoses urbanas/silvestres e das doenças transmitidas por vetores; Aquisição de equipamentos e material permanente; Construção, reforma e modernização de unidades para estruturação do sistema de vigilância em saúde, exceto unidades de controle de surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências de interesse nacional e internacional; Execução de ações complementares, excepcionalmente em caráter suplementar quando constatada a insuficiência da ação estadual.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:
Coordenador nacional da ação: Carla Magda A. S. Domingues
Unidades executoras: não se aplica
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação: Diretoria de Vigilância Epidemiológica -DEVEP
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei n.º 6259 de 30/10/75; Lei n.º 8080 de 19/09/90; Portaria/GM n.º 1172 de 15/06/04; Portaria /GM n.º 2325 de 08/12/03; IN/SVS n.º 01 de 08/12/03; Portaria/GM n.º 1929 de 09/10/03.

O objetivo é apoiar a adequação de infra-estrutura e a qualificação de recursos humanos visando ao desenvolvimento das ações de controle das doenças no Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica.

O processo de normalização e supervisão, realizado pela SVS, subsidia a implementação do sistema de vigilância epidemiológica por meio da implantação das atividades definidas para cada esfera de governo e a viabilidade se dá por meio da celebração de contratos, convênios, cooperação técnica com organismos nacional e internacional e de repasse fundo a fundo para os entes da Federação.

O Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica está implantado, com infra-estrutura adequada e recursos humanos capacitados para o desenvolvimento das ações de controle das doenças, com destaque para o cumprimento da meta de investigação oportuna das doenças exantemáticas; cumprimento da meta de

realização de exames para detecção de casos de tracoma em escolares; encerramento oportuno após notificação de 97% dos casos de doenças de notificação compulsória; investigação de 100% dos casos de emergências em saúde pública, notificados e, contratação de três cursos de Mestrado Profissional de Vigilância em Saúde.

A avaliação é realizada pela verificação do cumprimento de metas e de indicadores de saúde de incidência e prevalência, específicos para as doenças.

Demonstrativo das metas e resultados Ação

Produto	População coberta pelo Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica		
Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	191.870	191.870	100
Financeira	24.697.871,00	21.663.012,00	87.7

2.3.2.5. AÇÃO: 10.305.1444.3994 – Modernização do Sistema Nacional de Vigilância Saúde - VIGISUS

Dados Gerais da Ação

Tipo: Projeto
Finalidade: Fortalecer o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde para reduzir a mortalidade e a morbidade de doenças transmissíveis e não transmissíveis, bem como a exposição aos fatores de riscos associados à saúde.
Descrição: Fortalecimento da vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, prevenção e controle de doenças, análise de situação de saúde e da gestão em vigilância em saúde nas esferas federal, estadual e municipal, mediante investimentos e desenvolvimento de infra-estrutura, capacitações, sistemas de informações, estudos e pesquisas, assessoria técnica, monitoramento e avaliação, educação e comunicação e fortalecimento institucional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador Nacional da Ação: Fabiano Geraldo Pimenta Junior
Unidades executoras: SVS
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: Unidade de Gerência do Projeto – UGP/SVS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei n.º 6259 de 30/10/75;

Lei n.º 8080 de 19/09/90; Portaria/GM n.º 1172 de 15/06/04; Portaria/SVS n.º 18 de 28/04/04, Resolução do Senado Federal que aprova o Acordo de Empréstimo 17 de 07/10/2004.

Esta Ação é objeto do Acordo de Empréstimo 7227 BR, firmado em 2004, entre governo Brasileiro e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Tem como objetivo, fortalecer o Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, para reduzir a morbimortalidade no País. O encerramento estava previsto para 31 de dezembro de 2008, porém, para conclusão dos compromissos assumidos, o Ministério da Saúde obteve aprovação do Ministério da Fazenda para sua prorrogação até 31 de dezembro de 2009.

A implementação do projeto é feita por meio de investimentos em recursos humanos, contratos com entidades para o desenvolvimento do sistema de vigilância em saúde, de ações inovadoras de geração de conhecimento em saúde e saneamento ambiental. Para isso, são utilizadas contratos, convênios e termos de cooperação técnica com organismos internacionais, bem como, repasse de recurso na modalidade fundo a fundo.

O monitoramento e a avaliação são realizados de forma a permitir que os gestores, agentes sociais e beneficiários envolvidos identifiquem problemas e subsidiem, de forma contínua, a tomada de decisões pelos gestores do projeto. É responsabilidade das unidades gestoras do Projeto acompanhar a correta alimentação, por parte das áreas técnicas envolvidas, do Sistema de Planejamento e Informação do Projeto Vigisus – SPIV.

O SPIV é uma ferramenta tecnológica de implementação dos Planos de Vigilância em Saúde, que oferece mecanismos de extração dos dados e informações necessárias para acompanhamento e verificação da direcionalidade do plano em relatórios gerenciais, acompanhamento do processo de implantação e avaliação dos Planos, em tempo real.

Esse monitoramento tem caráter estratégico na medida em que é utilizado para identificação do progresso e da necessidade de correção de rumos das ações

programadas, assim como na avaliação de desempenho e, possibilita prestar apoio e cooperação técnica para o aprimoramento dos sistemas de vigilância em saúde.

A baixa execução financeira desta Ação se deve ao orçamento elaborado em dólar, no Acordo de Empréstimo, posteriormente convertido para real, cujo parâmetro estabelecido, à época, pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão foi de R\$2,23 por dólar. Contudo, ao longo do período, houve a valorização do real em relação ao dólar que atingiu o valor médio de R\$ 1,83, cerca de 20% a menos do que o valor utilizado para elaboração da proposta orçamentária de 2008. Consequentemente foram necessários menos reais do que o previsto para a realização das ações programadas.

No ano de 2008, por força do Acordo de Empréstimo, o repasse de recurso do MS para estados e municípios beneficiários ficou condicionado ao cumprimento das metas dos indicadores pactuados e à utilização dos recursos transferidos. Como apenas 46% desses beneficiários apresentaram bom desempenho, não foi possível transferir o montante de recursos que estava programado, influenciando na baixa execução do Projeto, o que fundamentou a prorrogação do prazo de conclusão do Projeto Vigisus II para mais um ano.

Outro motivo importante que interferiu no desempenho dessa Ação foi o cancelamento de empenhos para a contratação de serviços ou aquisição de bens, em virtude de pendências nos processos administrativos, que não puderam ser resolvidos em tempo hábil.

Para avaliação do Projeto, é realizada a análise de desempenho dos subprojetos por ele financiados com relação à relevância, eficiência e efetividade, por meio de indicadores, em três momentos: análise dos resultados e das atividades desenvolvidas; Avaliação de Meio Termo realizada na metade do período de implementação do Projeto e a terceira, a avaliação *ex post*, para mensurar os resultados e efeitos, positivos ou não, do Projeto.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	Sistema Nacional de Vigilância em Saúde modernizado.
----------------	--

Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	2	2	100
Financeira	60.200.000,00	21.038.140,00	34.9

2.3.2.6. AÇÃO: 10.305.1444.8670 – Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Promover a vigilância, a prevenção, o controle, a proteção, a promoção e o diagnóstico em HIV/Aids e em outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) da população
Descrição: Realização de atividades e ações em vigilância epidemiológica das DST e do HIV/Aids; de ações de promoção, de proteção e de prevenção ao HIV/Aids e outras DST; de direitos humanos das pessoas portadoras das DST/HIV/Aids; participação e promoção de eventos e capacitações de âmbito nacional e internacional, realização de assessorias e supervisões a estados, municípios e rede de atores que executam metas e ações na área de DST/HIV/Aids; realização de estudos e pesquisas nas áreas de ciência e tecnologia, de epidemiologia, de ações comportamentais, de ciências básicas, de organizações de serviços, de gestão e produção de informações estratégicas à área; realização de parcerias com órgãos/entidades nacionais e internacionais e organizações da sociedade civil; realização e implantação de projetos com organizações da sociedade civil, incluindo questões específicas de desenvolvimento da capacidade jurídica para garantir os direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/Aids e outras DST; realizar atividades de coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo nesta área; realizar projetos de interesse da área com organizações governamentais e setor privado, nas três instâncias de governo; implementação de outras práticas de atenção à saúde das populações vulneráveis e de maior exposição à infecção do HIV/Aids e outras DST; realização de atividades de assistência e tratamento às pessoas portadoras e que vivem com DST e com HIV/Aids; aquisição de preservativos masculinos e femininos, de kits e reagentes, insumos de redução de danos, de gel lubrificante e outros insumos, incluindo os de distribuição aos laboratórios de saúde pública; aquisição de equipamentos e materiais permanentes, de bens de consumo; realização de treinamentos, oficinas de trabalho, fóruns de discussão e debates, encontros, seminários, congressos, missões e outros eventos; atividades de monitoramento e avaliação; atividades de elaboração, aquisição e distribuição de material educativo e informativo; pagamento das despesas necessárias ao funcionamento do Programa de DST/Aids; realização de atividades de fortalecimento da gestão na área de DST/Aids, nas três instâncias de governo e das instituições públicas e privadas que atuam nesta área.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador nacional da ação: Mariângela Galvão Simão
Unidades executoras: Programa Nacional de DST/AIDS
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: PN - DST/AIDS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Constituição Federal -

A Missão do Programa Nacional de DST e Aids (PN-DST/Aids) é “reduzir a incidência do HIV/Aids e melhorar a qualidade de vida das pessoas vivendo com HIV/Aids”. Para isso, foram definidas as seguintes diretrizes: (i) Promover o acesso universal a insumos de prevenção, diagnóstico e tratamento das DST/Aids; (ii) Fortalecer, implementar e ampliar as ações de DST, HIV e Aids na rede SUS, de forma integral e equânime; (iii) Promover a defesa dos direitos humanos e reduzir o estigma e discriminação às PVHA e populações vulneráveis; e (iv) Fortalecer a governança da resposta às DST e ao HIV/Aids nas três esferas de governo.

A ampliação das ações de prevenção das DST e HIV/Aids, junto aos jovens, tem ocorrido por meio do Projeto Saúde e Prevenção nos Estados, integrado ao Programa de Saúde nas Escolas – PSE, lançado pelo MS. A fim de incrementar as estratégias junto a esse segmento foi lançado, em 2007, o Prêmio Inovação Tecnológica de Dispensadores de Preservativos. Este concurso buscou incentivar os alunos dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) a desenvolver um protótipo de máquina dispensadora de preservativos que pudesse ser usada nas escolas participantes do “Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE”. O CEFET do estado de Santa Catarina foi vencedor. A máquina foi criada por cinco alunos dos cursos de design, automação e radiologia. Em abril de 2008 foi iniciada a produção dos equipamentos que serão testados em escolas de Santa Catarina e Paraíba.

Foi inaugurada, também em abril, a primeira fábrica estatal brasileira de preservativos, a NATEX. É a única no mundo a utilizar como matéria prima o látex de seringueira nativa. Instalada em Xapuri, no Acre, a Natex tem uma capacidade de produzir 100 milhões de unidades por ano, podendo chegar até 270 milhões, no ano de 2011. A planta industrial é composta por 2.664 m² de área construída e foi baseada nos conceitos de desenvolvimento sustentável, social e ambiental.

A meta prevista de aquisição de 1,2 bilhões de unidades de preservativos masculinos não se efetivou por cancelamento, em dezembro de 2008, do processo licitatório iniciado em 2007. Ressalta-se, porém, que durante o ano de 2008 houve

continuidade na distribuição deste insumo aos estados e municípios decorrentes dos quantitativos adquiridos no ano de 2007.

A implementação da ação se dá mediante execução pelo MS, pelas agências internacionais de cooperação técnica, com descentralização de recursos para SES, SMS, OSC/ONG e outras OG.

A ação é monitorada fisicamente, no seu produto, mediante o controle dos processos de aquisição e financeiramente pelo acompanhamento da execução orçamentária, via SIAFI e, via sistemas informatizados das agências de cooperação.

A avaliação da Ação é resultante da implementação de inúmeras atividades realizadas e promovidas pelo Programa Nacional de DST e Aids e seus parceiros e, pelo controle e acompanhamento dos resultados alcançados internamente no Plano de Ações e Metas - PAM do PN no sistema SIAIDS.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	Preservativo adquirido - Preservativo masculino de látex lubrificado conforme as especificações previamente estabelecidas adquirido		
Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	1.189.189	665.863	55,9
Financeira	181.105.867,00	125.083.112,00	69.1

2.3.2.7. AÇÃO: 10.305.1444.20AC – Incentivo Financeiro aos Estados, DF e Municípios para ações de Prevenção e Qualificação em HIV/AIDS

Dados Gerais da Ação

Tipo: Operações Especiais
Finalidade: Intensificar e/ou fortalecer as ações de promoção, de desenvolvimento institucional e assistencial aos portadores de DST/HIV/Aids, implementadas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.
Descrição: Repasse de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde, para o desenvolvimento das ações de gestão, promoção,

prevenção e qualificação da atenção às pessoas vivendo com HIV/Aids e outras DST.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador da ação: Mariângela Galvão Simão
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: Programa Nacional de DST/AIDS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Política do Incentivo instituída pela Portaria 2313/02 e 2314/02 e portarias posteriores sobre a Política.

A Política de Incentivo instituída pela Portaria MS 2313/02 vinculada a esta Ação viabiliza os repasses anuais de recursos pelo Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal, na modalidade fundo a fundo, baseada em características epidemiológica, populacional e territorial de cada estado/município.

A meta geral foi atingida com as 27 Unidades Federadas e 474 municípios, totalizando 501 entes federativos qualificados para o recebimento do repasse financeiro e, conseqüente, intensificação das ações desenvolvidas.

A Política de Incentivo possui o SIS-Incentivo, sistema informatizado de elaboração do PAM e do monitoramento da Política, resumido em cinco eixos principais: alcance das metas do PAM anual, com indicadores relacionados à situação da epidemia no território e, informes financeiros. São repassados, também, recursos às OSC/ONG para o cumprimento das pactuações feitas nas CIB para aquisição de medicamentos para DST e infecções oportunistas.

O monitoramento permite uma avaliação mais consistente da implementação da Ação e o controle das qualificações de novos municípios para avaliação do alcance da meta prevista.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	Ente federativo qualificado - número de estados e municípios qualificados na Política do Incentivo às Ações em DST/HIV/AIDS
----------------	--

Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	501	501	100
Financeira	145.750.000,00	124.346.607,00	85.3

2.3.2.8. AÇÃO: 10.305.1444.6185 – Vigilância, Prevenção e Controle da Hanseníase

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar atividades voltadas à vigilância, prevenção e controle da hanseníase nos estados e municípios.
Descrição: Apoio a estados e municípios nas ações de vigilância, prevenção e controle da hanseníase. Apoio aos centros de referências nacionais para execução de estudos e pesquisas de interesse da hanseníase; aquisição e manutenção de equipamentos; monitoramento das ações por meio de supervisões, assessorias técnicas aos estados e municípios; realização eventos técnicos e científicos; avaliações estadual, regional e nacional; monitoramento de estados com hanseníase eliminada ou próxima da eliminação, segundo os critérios da OMS (< 1 doente a cada 10.000 hab.); informação, educação e comunicação por meio de: produção, impressão e distribuição de material técnico-normativo; produção e distribuição de folderes, cartazes, fitas de vídeo, CD-ROM e outros materiais informativos; capacitação de recursos humanos em áreas de interesse do programa; apoio às ações educativas desenvolvidas pelas Organizações Não-Governamentais que trabalham com hanseníase; Estabelecimento de mecanismo de cooperação técnico-científico em âmbito nacional e internacional; realização de pesquisas na área de prevenção e controle da hanseníase; Execução de ações complementares, excepcionalmente em caráter suplementar quando constatada a insuficiência da ação estadual.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador nacional da ação: Maria Leide W. de Oliveira
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: CGPNCH
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei nº. 6259 de 30/10/75; Lei nº 8080 de 19/09/90; Portaria GM nº 1172 de 15/06/04; Portaria GM nº.2325 de 08/12/03; IN/SVS nº 1 de 08/12/2003; Portaria GM nº 586 de 06/04/04; Portaria GM nº 587 de 06/04/04.

Para aproximar-se da meta de eliminação da hanseníase, como problema de saúde pública (menos de 1 caso para cada 10.000 habitantes) na esfera nacional, o Programa Nacional de Controle da Hanseníase vem mantendo assessoria técnica

continuada aos 27 estados da federação e de forma mais intensiva nos municípios prioritários, mediante: manutenção de força tarefa nos estados com maior problema operacional; financiamento da capacitação aos profissionais da atenção básica para estimular a descentralização das ações de diagnóstico e tratamento; articulação com a Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) para viabilizar o acesso a procedimentos de média e alta complexidade.

A ampliação da descentralização das ações de controle da hanseníase para as Unidades Básicas de Saúde – UBS foi de 38% em 2006 para 44,2% em 2008, correspondendo a 88,6% de meta alcançada, que é de 50%. Vale salientar que existem 15.231 UBS do País com o Programa de Controle de Hanseníase implantado, entre as 34.414 UBS existentes no país.

As UBS com serviço implantado, a elaboração de instrumento de coleta de dados e a reestruturação do grupo assessor dos municípios prioritários, são algumas das estratégias que estão sendo utilizadas para dar sustentabilidade ao alcance da meta estabelecida. Para implementação dessa Ação são realizados contratos e convênios, repasse de recursos pela modalidade fundo a fundo para estados e municípios e por meio de termo de cooperação técnica com organismos internacionais.

O monitoramento e a avaliação são realizados trimestralmente pela análise da situação epidemiológica por meio dos dados disponíveis no SINAN, reuniões macrorregionais com gestores e técnicos do Programa e supervisões no nível local.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	Unidade com serviço implantado - Unidades Básicas de Saúde – UBS que desenvolvem ações de prevenção de incapacidades, diagnóstico e tratamento de hanseníase em municípios prioritários		
Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	15.750	15.231	96,7
Financeira	12.752.246,00	11.643.472,00	91.3

2.3.2.9. AÇÃO: 10.305.1444.6184 – Vigilância, Prevenção e Controle da Tuberculose

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar atividades voltadas à vigilância, prevenção e controle da tuberculose
Descrição: Apoio a estados e municípios nas ações de vigilância, prevenção e controle da tuberculose; monitoramento e avaliação das ações mediante supervisões, assessorias técnicas aos estados e municípios; oficinas para avaliações estaduais, regionais e nacionais; promoção, participação e acompanhamento do desenvolvimento de estudos e pesquisas operacionais de âmbitos municipal, estadual e nacional; apoio às Organizações Não-Governamentais para o desenvolvimento de ações educativas, de comunicação e mobilização social que contribuam para detecção de casos e adesão do paciente ao Tratamento Supervisionado/DOTS; cooperações técnica nacional e internacional; realização de capacitações; produção de material técnico-informativo; realização de eventos técnico-científicos; execução das ações complementares, excepcionalmente, em caráter suplementar, quando constatada a insuficiência da ação estadual.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador nacional da ação: Draurio Barreira
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: CGPNCT
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei n.º 6259 de 30/10/75; Lei n.º 8080 de 19/09/90; Portaria/GM n.º 1172 de 15/06/04; Portaria /GM n.º 2325 de 08/12/03; IN/SVS n.º 01 de 08/12/03; Portaria/SVS n.º 11 de 09/03/04.

O Programa tem como um de seus objetivos, o Tratamento Supervisionado, um dos eixos da Estratégia DOTS, como parte do processo de descentralização. Diante disso, a integração com o Departamento de Atenção Básica, a realização de atividades conjuntas para acelerar a descentralização das rotinas de controle da tuberculose e, o tratamento supervisionado em todos os estados do país e nos municípios prioritários, são exemplos de iniciativas que vêm sendo utilizadas

Para implementação dessa Ação foi realizada a normalização, coordenação e supervisão das ações preconizadas pelo Programa desenvolvidas pelos estados e municípios. A execução das atividades programadas se dá por meio de contratos, convênios e repasse pela modalidade fundo a fundo, bem como, cooperação técnica com organismos internacionais.

Os registros mostram um aumento de 188,5% da meta estabelecida para implantação do tratamento supervisionado, com o intuito de acompanhar o paciente, o mais próximo possível de sua residência e, distribuição gratuita de medicamentos.

No ano de 2008 foram realizadas capacitações para profissionais da atenção básica na estratégia DOTS, fazendo com que esses realizem o tratamento supervisionado na sua área de abrangência; e nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte, cursos com o objetivo de melhorar a qualidade do sistema de informação com inclusão de visitas aos estados e municípios para identificar dificuldades nos registros dos dados.

O monitoramento e avaliação foram realizados em 11 regiões metropolitanas além da formação de uma Rede de Monitoramento e Avaliação para o controle da tuberculose no país.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	Estratégia implantada - Unidades básicas de saúde com estratégia DOTS (tratamento supervisionado) implantada		
Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	3.003	5.662	188,5
Financeira	12.104.696,00	11.802.317,00	97,5

2.3.2.10. AÇÃO: 10.305.1444.8543 – Vigilância, Prevenção e Controle das Hepatites Virais

Dados gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar atividades voltadas à vigilância, prevenção e controle das hepatites virais
Descrição: Normalização, coordenação, monitoramento e avaliação da execução das ações de vigilância, prevenção e controle das hepatites virais; capacitação de recursos humanos em ações de vigilância, prevenção e controle das hepatites virais; articulação e capacitações com as Organizações Não Governamentais para desenvolvimento de ações de prevenção das hepatites virais; adequação da rede de assistência laboratorial e ambulatorial à demanda das hepatites virais; acompanhamento, supervisão e avaliação da distribuição de medicamentos e insumos laboratoriais; aquisição de equipamentos de informática e de equipamentos de laboratórios; promoção de eventos

técnico-científicos; elaboração e realização de orientações técnicas por meio de material técnico-informativo. Estabelecimento de mecanismo de cooperação técnico-científica em âmbitos nacional e internacional; realização de estudos, pesquisas e inquéritos nas áreas de vigilância, prevenção e controle das hepatites.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador da ação: Eduardo Hage Carmo
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: CGPNHV
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei n.º 6259 de 30/10/75; Lei n.º 8080 de 19/09/90; Portaria/GM n.º 1172 de 15/06/04; Portaria /GM n.º 2325 de 08/12/03; IN/SVS n.º 01 de 08/12/03; Portaria/GM n.º 2080 de 31/10/03.

As hepatites virais representam uma importante questão de saúde pública, que exige mobilização social, capacitação e constante troca de informações entre os diversos níveis de gestão. A implantação desta Ação é feita pela coordenação, assessoria, normalização das atividades para cada esfera de governo. Para isso são utilizados convênios, contratos, repasse de recursos pela modalidade fundo a fundo para estados e municípios e ainda, termo de cooperação técnica com organismos internacionais.

Dentre as estratégias desenvolvidas pelo Programa Nacional para implementação desta Ação vale destacar a atualização do manejo clínico e terapêutico da hepatite C em consonância com avanços científicos baseados em evidências e aspectos de custo-efetividade para o Brasil; realização do Fórum de Coordenadores Estaduais de Hepatites Virais, possibilitando a discussão e o comprometimento dos Programas estaduais na condução do processo de implantação nos Centros de Testagem e Aconselhamento – CTA do serviço de aconselhamento e testagem sorológica para hepatites virais B e C.

O monitoramento é mensal e a avaliação é realizada em articulação com as coordenações estaduais de saúde.

Demonstrativos das metas e resultados da Ação

Produto	Unidade com serviço implantado - Número de Centros de Testagem e Aconselhamento que realizam aconselhamento e testagem sorológica para as hepatites virais B e C.		
Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	250	234	93,6
Financeira	7.171.711,00	5.851.307,00	81,6

2.3.2.11. AÇÃO: 10.305.1444.6235 – Vigilância, Prevenção e Controle da Dengue

Dados gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar atividades voltadas à vigilância, prevenção e controle da dengue, para reduzir a ocorrência da dengue, o número de internações hospitalares e óbitos.
Descrição: Normalização, coordenação, capacitação, viabilização da execução, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas nos três níveis de gestão do SUS e execução das ações complementares, excepcionalmente em caráter suplementar quando constatada a insuficiência da ação estadual. Supervisionar e assessorar tecnicamente estados e municípios; consolidação, análise e disseminação de informações relevantes para a vigilância; produção de material técnico informativo; realização de pesquisas, inquéritos e estudos; promoção de eventos técnicos científicos e cooperação técnica nacional e internacional. Adequação de unidades para armazenagem de inseticidas por meio de construção, reforma, ampliação e adequação de equipamentos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador da ação: Giovanini Evelim Coelho
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: CGPNCD
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei 8.080/1990; Lei 8142/90; Decreto 1232/94; Decreto 5974/06; Prt GM 1933/03; Prt MS 1885/2003; Prt GM 399/06; Prt GM 699/06; Prt 204/07.

Com objetivo de apoiar atividades de vigilância, prevenção e controle, de redução da ocorrência do número de internações e óbitos causados pela dengue, o Programa Nacional de Controle da Dengue desenvolve ações que são viabilizadas mediante a

celebração de convênios com instituições de ensino e pesquisa para subsidiar a gestão do Programa.

Para desenvolvimento da Ação foram realizados termos de cooperação técnica com organismos internacionais, transferências de recursos aos estados pela modalidade fundo a fundo e ainda, por meio de execução direta, foram adquiridos veículos, motos e equipamentos diversos para serem distribuídos às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde conforme critérios epidemiológicos pactuados em cada uma das Comissões Intergestores Bipartite (CIB).

A meta estabelecida no programa é de redução gradativa de 5% ao ano, do número de casos de dengue no Brasil até 2011 em relação ao número de casos notificados em 2006, atingindo uma redução total de 30% dos casos. No ano de 2006 foram registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, 277. 516 casos confirmados e/ou suspeitos de dengue, com taxa de incidência de 148,59 (nº casos/população residente X 100.000). No ano de 2008 foram registrados, até a transferência de dados realizada em 07/01/2009, 588.850 casos de dengue, com taxa de incidência de 261,34. O aumento de casos em relação ao ano de 2006 foi da ordem de 112,2%. Esta elevação está relacionada à da circulação do sorotipo 2 em estados como o CE, RJ, RN e PA, uma vez que existia um grande contingente da população susceptível a esse sorotipo que não circulava com intensidade, desde a metade da década de 1990.

Pelo fato de existirem 3 sorotipos da Dengue no país, que não conferem imunidade cruzada, a ocorrência de uma epidemia em um ano não significa na sua ausência nos próximos anos pela diminuição de susceptíveis. O intervalo de circulação entre os sorotipos permite a renovação desta população e o controle químico de vetores pode levar à seleção de populações de vetores resistentes, tornando necessária a substituição do ingrediente ativo em algumas áreas, prática que têm sido adotadas pelo Ministério da Saúde em relação ao combate ao *Aedes aegypti*.

O monitoramento e a avaliação da Ação são realizados por meio de supervisão aos estados e municípios prioritários, pelos consultores estaduais e, quando necessário,

pelos técnicos do nível central pela verificação do cumprimento das metas e de indicadores de saúde, de incidência e prevalência, específicos para a doença.

Ressalta-se ainda o esforço do Governo Federal na intensificação das ações intersetoriais como saneamento básico, educação em saúde e mobilização social.

Demonstrativos das metas e resultados da Ação

Produto	Caso notificado: Número de casos de dengue notificados		
Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	285.244	588.850	206,4 %
Financeira	17.448.400,00	15.445.451,00	88.6

2.3.2.12. AÇÃO: 10.305.1444.6186 – Vigilância, Prevenção e Controle da Malária

Dados gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar atividades voltadas à vigilância, prevenção e controle da malária, para reduzir a ocorrência de internações e óbitos da malária.
Descrição: Coordenação, capacitação, acompanhamento e avaliação da execução das ações de vigilância, prevenção e controle da malária; Publicações técnico-científicas específicas na área de vigilância, prevenção e controle da malária; Promoção e apoio a eventos técnico-científicos; Produção de material técnico educativo e informativo; Organização de estratégias de formação de recursos humanos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador nacional da ação: José Lazaro de Brito Ladislau
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento ou execução da ação: CGPNCM
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei nº 6259 de 30/10/75; Lei nº 8080 de 19/09/90; Portaria/GM nº 1.172 de 15/06/2004; Portaria/GM nº 2325 de 08/12/2003; IN/SVS nº 01 de 08/12/2003; Portaria Interministerial nº 2021 de 21/10/2003; Portaria/GM nº 1.932 de 09/10/2003

O objetivo desta ação é apoiar atividades de vigilância, prevenção e controle, de redução da ocorrência, do número de internações e óbitos causados pela malária, por meio do Programa Nacional de Controle da Malária.

A implementação desta Ação é descentralizada para estados e municípios e ao MS cabe a normalização, coordenação, supervisão, provisão de insumos e assessoramento aos entes da Federação. Para desenvolvimento da Ação foram realizados termos de cooperação técnica com organismos internacionais, transferências de recursos aos estados pela modalidade fundo a fundo e ainda, por meio de execução direta, foram adquiridos veículos, motos e equipamentos diversos para serem distribuídos às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde conforme critérios epidemiológicos pactuados em cada uma das Comissões Intergestores Bipartite (CIB).

Em 2008 foram notificados 301.366 casos de malária no Brasil, o que representa uma redução real de 34,13 % em relação ao ano de 2007, quando ocorreram 457.569 casos e, de 31,6% em relação à previsão para 2008 que era de 494.264 casos, superando, em muito, a meta de redução de 10% de casos. Apesar de preliminares, os dados demonstram que a meta de redução de 10% de casos previstos para o ano de 2008, foi amplamente superada. A meta intermediária do PNCM, contratualizada no Programa Mais Saúde de 494.264 casos de malária para o ano de 2008, na Amazônia Legal, foi alcançada e superada em 39,02%.

Houve redução de 50,16% de malária por *P. falciparum* no ano de 2008 em relação ao ano de 2007. Esta redução é decorrente do aperfeiçoamento das ações de controle da malária e, principalmente, devido à mudança do esquema terapêutico para malária por *P. falciparum*. No que se refere à gravidade da doença, observou-se uma redução importante de internações hospitalares da ordem de 47,94% em 2008 (dados parciais) em relação ao mesmo período de 2007.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	Caso notificado - Número de casos de malária na Amazônia Legal notificados - Reduzir em 40% a incidência de casos de malária, até 2011
----------------	--

Meta	Previsão	Execução	% realização
Física	494.264	301.366	31,6
Financeira	12.847.033,00	12.674.582,00	98.6

2.3.2.13. AÇÃO: 10.305.1444.6170 – Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos Não Transmissíveis

Dados gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Implementar o Sistema de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis (DANT), visando ampliar o conhecimento sobre prevalências de fatores de risco em grupos específicos, aperfeiçoando indicadores de monitoramento de doenças e capacitando recursos humanos
Descrição: Apoio a estados e municípios para viabilização da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento e a consolidação das ações de vigilância das doenças e agravos não transmissíveis. Coordenação, capacitação, acompanhamento e avaliação da execução das ações de vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis e acidentes e violências. Apoio a estudos, inquéritos e pesquisas aplicados à vigilância e prevenção das doenças e agravos não transmissíveis e seus fatores de risco e proteção. Estabelecimento e operacionalização de mecanismos de cooperação técnica nacional e internacional na área de vigilância e prevenção de DANT e seus fatores de risco e de proteção. Promoção de ações de educação em saúde, mobilização social e publicações técnico-científicas para a população em geral e específicas na área de vigilância e prevenção de DANT. Promoção de eventos técnico-científicos. Realizar o Inquérito por entrevistas telefônicas para vigilância de fatores de risco e de proteção para doenças crônicas não transmissíveis anualmente em capitais. Realizar a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar nas 27 capitais. Apoiar a realização do Inquérito Nacional de Saúde e a PNAD e POF. Avaliar projetos locais de vigilância de DANT. Induzir ações para a aprovação de Plano de Controle Integrado das DCNT, Promoção da Saúde, Vigilância, Prevenção e Assistência nas 3 esferas de gestão. Avaliar e apoiar pesquisas e estudos no campo de DCNT. Publicar análises da evolução da mortalidade, morbidade nas principais DCNT e seus fatores de risco e proteção. Apoiar e avaliar os Registros de Câncer de Base Populacional. Apoiar projetos de "Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito" e Geotrans. Apoiar e expandir iniciativas de prevenção às violências e promoção da saúde em estados e municípios. Implementar a vigilância de acidentes e violências em serviços sentinelas. Realizar pesquisas de acidentes e violências. Articulação com parceiros e instituições de ensino e pesquisa no desenvolvimento de pesquisas de DANT. Articulações intersetoriais em DANT. Realizar acordos de cooperação técnica com organismos nacionais e/ou internacionais. Estímulo e financiamento de estudos, pesquisas e inquéritos. Produção de material técnico educativo e informativo. Organização de estratégias de formação de recursos humanos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Unidades executoras: não se aplica
Coordenador da ação: Débora Carvalho Malta

Área responsável pelo gerenciamento da ação: Departamento de Análise de Situação de Saúde - DASIS
--

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei 6259/1975; Lei 8080/1990; Ptr GM 1172/2004; Prt GM 2325/2003; IN/SVS 01-2003; Prt SVS 20 2003;

No Brasil, as doenças e agravos não transmissíveis (DANT) são responsáveis por grande e crescente parcela da carga de doenças, ao longo dos anos. Atualmente, cerca de dois terços das doenças estão relacionados às patologias crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, neoplasias, diabetes e outras) e causas externas (acidentes e violências).

A mudança do perfil epidemiológico do Brasil é uma conseqüência da urbanização, de melhorias nos cuidados com a saúde, do estilo de vida e da globalização. A maior parte dessas doenças não é um resultado inevitável da modernização, pois, podem ser prevenidos, geralmente, a um custo baixo. Diante disso a estruturação das ações de vigilância epidemiológica, específica para esse grupo de doenças, passa a ser prioridade para o SUS.

Esta Ação reúne um conjunto de iniciativas que possibilitam conhecer a magnitude, a distribuição e a tendência dessas doenças, por meio de fontes secundárias de informações e do monitoramento contínuo dos fatores de risco para identificar os condicionantes sociais, econômicos e ambientais, a fim de subsidiar o planejamento, a execução e a avaliação da prevenção e controle das mesmas.

Na implementação desta Ação destaca-se: a realização do Vigitel (vigilância de fatores de risco para doenças crônicas não-transmissíveis, por entrevistas telefônicas) nas 27 capitais brasileiras e na Cidade de Campinas, com total de 52.000 entrevistas; a implantação do sistema de vigilância de violências e acidentes em seus dois componentes: o componente de vigilância nos hospitais de urgências e o componente da notificação das violências interpessoais; a sistematização do Plano Nacional de Dant; a cooperação técnica com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Agência de Saúde Pública do Canadá no projeto Observatório de Políticas da iniciativa – Conjunto de Ações para a Redução Multifatorial voltada para Doenças Não-Transmissíveis; a cooperação técnica com o Centro de Controle

de Doenças e Prevenção (CDC) dos Estados Unidos para estruturação da vigilância, prevenção e controle de DANTs; a implantação dos Núcleos de Prevenção das Violências e Promoção da Saúde, contemplados com recursos financeiros pela Portaria 78/2008.

O acompanhamento é realizado pelo Sistema de Acompanhamento dos Indicadores das Pactuações – SISPACTO, pelos estados e municípios. Na avaliação dos municípios que aderiram ao PACTO PELA VIDA para 2008, houve alcance de 100% da meta.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	Inquérito realizado - Inquéritos nacionais de vigilância de fatores de risco e de proteção para agravos e doenças não transmissíveis realizados anualmente.		
Meta	Previsão	Execução	% realização
Física:	1	1	100
Financeira	26.916.554,00	25.653.032,00	95.3

2.3.1. 1446 – Programa: Implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde

Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promoção da qualidade de vida e redução de vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos determinantes e condicionantes dos processos saúde-doença – condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais.
Objetivos específicos	Desenvolver ações para melhoria da qualidade de vida da população partir do SUS; reduzir a vulnerabilidade e os riscos à saúde relacionados aos determinantes e condicionantes; favorecer o desenvolvimento de tecnologias capazes de minimizar/extinguir as desigualdades; favorecer as autonomia e co-responsabilidade de sujeitos e coletividades no cuidado integral à saúde.
Gerente do programa	Gerson Penna
Gerente executivo	Otaliba Libânio de Moraes Neto

Responsável pelo Programa no âmbito da UJ	Não se aplica
Indicadores utilizados para avaliação do Programa	<p>Taxa de municípios com Programas de Intervenção de Promoção da Atividade Física e Lazer implantados;</p> <p>Taxa de municípios com população acima de 100.000 habitantes que realizam a vigilância da qualidade da água para consumo humano;</p> <p>Taxa de prevalência de fumantes nas capitais;</p> <p>Taxa de municípios com Projetos de Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura de Paz, implantados;</p> <p>Taxa de mortalidade proporcional por doenças cardiovasculares.</p>
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade

2.3.2. Principais Ações do Programa 1446

O Programa 1446 - Implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde é composto de cinco Ações coordenadas pela SVS, dentre as quais foram selecionadas duas, abaixo relacionadas, para destaque e detalhamento.

2.3.2.1. AÇÃO: 10.305.1446.8696 – Promoção de práticas corporais e atividades físicas

Dados gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes dos modos de viver e da saúde quanto ao sedentarismo por meio da promoção de práticas corporais e/ou atividades físicas e lazer
Descrição: Trata-se de estimular e fortalecer iniciativas inovadoras e socialmente inclusivas/contributivas nos âmbitos da atividade física e do lazer a fim de promover o aumento da resolubilidade do sistema de saúde, valorizar e otimizar o uso dos espaços públicos de convivência e de produção de saúde, pactuar entre gestores do SUS e outros setores a importância de ações voltadas para melhorias das condições dos espaços públicos para realização de práticas corporais/ atividade física e aumento dos níveis de atividade física da população. Apoio às secretarias municipais, estaduais e/ou do Distrito Federal para o desenvolvimento de projetos vinculados às práticas corporais, atividade física e lazer. Fortalecer a Rede de Avaliação de Iniciativas de Promoção da Atividade Física. Realizar cooperação técnica com instituições de ensino, pesquisa e extensão nacionais e/ou internacionais para avaliação das estratégias de promoção das práticas corporais, atividade física e lazer. Estímulo e financiamento de estudos, pesquisas e inquéritos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador nacional da ação: Deborah Carvalho Malta
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento da ação: Departamento de Análise de Situação de Saúde - DASIS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: PNPS

Para alcançar o objetivo de promover a qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes, esta Ação apóia estratégias para formação de recursos humanos, produção de material técnico educativo, informativo e a inclusão de temas como práticas corporais e atividade física no processo de planejamento das demais áreas técnicas do MS. Outro destaque é o fomento à criação de espaços intersetoriais no âmbito federal relativo ao planejamento e implementação de projetos de promoção das práticas corporais/atividades físicas, garantindo a transversalidade das ações da Política Nacional de Promoção da Saúde.

Como resultado desta Ação ressalta-se, além de três cursos em parceria com o Center for Disease Control – CDC, a realização da Semana Nacional de Promoção da Saúde e a indução, pela esfera Federal, por meio da Portaria 79 de 23 de setembro de 2008, que destina recursos financeiros para estados e municípios voltados à implantação de ações de Promoção da Saúde.

O monitoramento e avaliação dos projetos implantados são realizados em cooperação técnica com municípios, estados e Distrito Federal e instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	Ente federativo envolvido – Nacional – realização de três cursos de atividade física em parceria com o Center for Disease Control - CDC americano, com um total de 200 municípios.		
Meta	Previsão	Execução	% realização

Física:	200	264	132
Financeira	7.724.644,00	7.392.910,00	95.7

2.3.2.2. AÇÃO: 10.305.1446.8720 – Saúde Ambiental

Dados gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Dispor de políticas, programas e projetos com infra-estrutura adequada e recursos humanos capacitados que possibilitem prevenir e controlar fatores decorrentes do meio ambiente e das atividades produtivas e que promovam a participação do setor saúde na sustentabilidade sócio-ambiental.
Descrição: Planejamento de ações integradas de vigilância em saúde ambiental nas três esferas de governo; operacionalização dos subsistemas do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental (SINVAS), relacionados com a qualidade de água para consumo humano, áreas de solo contaminado, qualidade do ar, substâncias químicas e desastres por meio de ações intersetoriais e multidisciplinares com a participação das três esferas de governo; gerenciar sistemas nacionais de informação da área de vigilância ambiental em saúde promovendo a integração com os demais sistemas de interesse epidemiológico. Implementar assessoramento técnico a estados e municípios; promover ações de desenvolvimento de recursos humanos nas três esferas de governo e ampliação da capacidade instalada; promoção de ações de educação em saúde, mobilização social e publicações técnicas e científicas; estabelecer e operacionalizar mecanismos de cooperação técnica nacional e internacional, em especial com países fronteiriços na área de vigilância ambiental em saúde; realização do mapeamento e a caracterização das situações de risco para a saúde humana, com o objetivo de subsidiar as recomendações e a adoção das medidas de prevenção e controle dos fatores de risco; desenvolvimento e aplicação de metodologias de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco; realização de ações que possibilitem o monitoramento e de atenção a grupos especiais expostos à contaminação ambiental e ocupacional; promover o desenvolvimento técnico e científico com estímulo e financiamento de estudos, pesquisas e inquéritos aplicados à saúde ambiental. Promoção de ações de saúde para apoiar o cumprimento dos compromissos nacionais para o Desenvolvimento Sustentável, considerando as vulnerabilidades sócio-ambientais e os contextos nacionais específicos, tais como: protocolos, convenções e acordos nacionais referentes à promoção e defesa do meio ambiente e sua interface com a saúde; participação nos mecanismos nacionais de apoio a iniciativas intersetoriais que resultem em benefício à saúde humana, como, elaboração dos planos diretores das cidades e Agenda 21 Brasileira; colaboração do setor saúde no processo de elaboração e revisão do licenciamento ambiental em empreendimentos estratégicos, avaliação de impacto a saúde, estímulo ao ambiente saudável e projetos locais de desenvolvimento sustentável.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: SVS
Coordenador nacional da ação: Guilherme Franco Netto
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento da ação: Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental - CGVAM

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Lei nº. 8.080/1990; Lei nº. 8.142/1990; Decreto nº. 1.232/1994; Decreto nº. 5.974/2006; Portaria/GM nº. 399/2006; Portaria/GM nº. 699/2006; Portaria/GM nº. 204/2007; Portaria/GM nº. 518/2004; IN SVS 01/2005

O objetivo desta Ação é apoiar a implantação dos programas e projetos de prevenção e controle dos fatores de risco decorrentes de meio ambiente e das atividades produtivas, para promoção da sustentabilidade sócio-ambiental.

Para implementação dessa Ação são executadas ações diretas, normalização, celebração de contratos, convênios e, cooperação técnica com organismos internacionais.

Merece destaque o desenvolvimento de ações intersetoriais com a participação da sociedade civil organizada, voltadas a garantir a qualidade da água para consumo humano na região do semi-árido; a capacitação de profissionais para implantação das ações relacionadas à vigilância da qualidade da água para consumo, solo e ar; a expansão da implantação do VIGISOLO de 50% para 75% das capitais; e a implantação de uma unidade sentinela do VIGIAR em cada uma das cinco macrorregiões.

Durante o ano de 2008 um total de 1.585 municípios brasileiros realizou ações de monitoramento e avaliação da vigilância em saúde ambiental relacionado à qualidade da água para consumo humano.

O monitoramento e avaliação da Ação são realizados por meio de visitas técnicas, reuniões macrorregionais e nacionais, análise dos relatórios emitidos e dos dados do sistema de informação do SISAGUA e SISOLO.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	Município habilitado - Municípios realizando ações, monitoramento e avaliação da vigilância em saúde ambiental relacionado à qualidade da água para consumo humano e alimentando o sistema de informação - SISAGUA		
Meta	Previsão	Execução	% realização

Física:	30	28	93,33
Financeira	8.296.497,00	6312.751,00	76,1

2.3.3. – Programa: 1293 – Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

A SVS coordena, nesse Programa, a Ação “Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis”, detalhada a seguir:

2.3.3.1. AÇÃO: 1293.4370 – Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade
Finalidade: Atender a demanda de medicamentos ARV para tratamento das pessoas que vivem com HIV/Aids
Descrição: Necessidade de tratamento das Pessoas que vivem com HIV/aids
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos
Coordenador nacional da ação: Mariângela Galvão Simão
Unidades executoras: não se aplica
Área responsável pelo gerenciamento da ação: SVS
Competências institucionais requeridas para a execução da ação: Constituição Federal art. 196 a 200; Legislação específica do SUS; Lei 9.313 de 13/11/96.

O objetivo desta Ação é garantir a disponibilização de medicamentos essenciais às pessoas com HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis bem como implementar ações e medidas no âmbito do SUS com vistas a facilitar o acesso aos medicamentos pela população.

Em 2008, foram incorporadas duas novas drogas anti-retrovirais ao arsenal terapêutico para tratamento da infecção pelo HIV e Aids, o Darunavir, que começou a ser distribuído a partir de fevereiro, e o Raltegravir, foi incorporado em outubro, com previsão de distribuição para 2009 na rede pública. Ambos são utilizados em pacientes multi-experimentados em terapia anti-retroviral, com poucas opções de tratamento e possuem resistência.

A implementação dessa Ação se dá pela aquisição dos medicamentos ARV dos laboratórios nacionais e estrangeiros, repassando-os às SES e SMS e suas 664 UDM – Unidades de Dispensação de Medicamentos que os disponibilizam aos pacientes HIV/Aids.

Para o monitoramento, o PN-DST/Aids implantou um sistema informatizado de controle logístico dos medicamentos ARV - SICLOM, que está nas UDM e realiza o monitoramento da entrega e o controle dos estoques. A melhoria do banco de dados deste sistema, aliado à mudança de critérios para início de tratamento resultou no ajuste quanto à previsão inicial do número de pacientes com HIV/Aids que recebem terapia anti-retroviral passando de 220 mil para 187 mil pacientes atendidos no Brasil, como também, a doação desses medicamentos para 5 mil pacientes, conforme acordos bilaterais do governo brasileiro.

A avaliação da Ação se dá pela interação e articulação do PN-DST/Aids e as coordenações estaduais e municipais e suas UDM.

É importante ressaltar o bom desempenho do MS nas negociações de preços dos ARV e o impacto do licenciamento compulsório do Efavirenz que resultou em economia para os cofres públicos e uma execução financeira, abaixo do programado.

Demonstrativo das metas e resultados da Ação

Produto	PACIENTE ATENDIDO - Número de pacientes com HIV/aids que recebem a terapia ARV - antirretroviral		
Meta	Previsão	Execução	% realização

Física:	220.000	187.000	85
Financeira	781.970.000	604.892.620	77.3

2.4. Desempenho operacional

O desempenho operacional será representado pelos indicadores, abaixo selecionados, dentre os existentes na estrutura programática dos dois Programas finalísticos de sua competência, para demonstrar alguns resultados das atividades realizadas pela Secretaria de Vigilância em Saúde, em 2008.

Do Programa 1444 – Vigilância, Prevenção e Controle das Doenças e Agravos foram selecionados 2 indicadores de eficiência e 3 de eficácia e do Programa 1446 – Implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde, 2 de eficiência e 2 de eficácia.

Demonstrativo do Desempenho dos Indicadores de Avaliação

Programa 1444 – Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Indicador	Fórmula de Cálculo	Área responsável	Unidade de Medida	Índice de Referência	2008		
					Esperado	Realizado	%
1 - Índice de incidência de AIDS Tipo: eficácia-	Nº de casos de AIDS diagnosticados, divididos pela população total, multiplicado por 100.000	PNDST/AIDS	1/100.000	18,7(2006)	17,8	17,8	100
2 - Taxa de Cobertura Vacinal de Hepatite B em Menores de 1 ano Tipo: eficiência	Nº de crianças menores de um ano com esquema básico de vacina contra H B (3 doses) dividido pelo total da população menor de um ano, multiplicado por 100	CGPNI	percentagem	96,75 (2006)	95,0	89,6	94
3 - Taxa de Cura de Hanseníase Tipo: eficácia	Relação percentual entre o nº de casos de Hanseníase curados e o total de casos diagnosticados	SVS	percentagem	75,25 (2007)	85,0	81,1	95
4 - Taxa de Cura da Tuberculose Tipo: eficácia	Relação percentual entre o nº de casos de TB curados e o nº total de casos de TB diagnosticado	SVS	percentagem	62,73 (2005)	76,0	56,8	75
5 - Proporção de Casos Notificados Encerrados Oportunamente Tipo: eficiência	Relação percentual entre o nº de casos notificados encerrados dentro do prazo preconizado e o nº total de casos notificados	SVS	percentagem	74,6 (2006)	76,0	72,7	96

**Demonstrativo do Desempenho dos Indicadores de Avaliação
Programa 1446 – Implementação da Política de Promoção da Saúde**

Indicador	Formula de cálculo	Área responsável	Unidade de medida	Índice de referência	2008		
					Esperado	Realizado	%
1 - Taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares Tipo: eficácia	Total de óbitos de 30 a 49 anos por doenças cardiovasculares dividido pelo total de óbitos por doenças cardiovasculares em maiores de 30 anos multiplicados por mil.	SVS	percentagem	9,33 (2005)	9,0	9,10	101
2 - Taxa de município com pop. acima de 100mil/hab. que realizam vig. da qualidade da água para consumo humano Tipo: eficiência	Nº de municípios com população acima de 100.000 habitantes que realizam análise mensal de cloro, turbidez e coliformes totais em amostras de água, dividido pelo número de municípios com população acima de 100.000 habitantes, multiplicado por 100.	SVS	percentagem	20 (2007)	30,0	28,0	93
3 - Taxa de municípios com projetos de promoção de ações de redução das violências e acidentes e cultura da paz Tipo: eficiência	Nº de municípios com projetos de Promoção de Ações de Redução das Violências e Acidentes e Cultura da paz, implantados	SVS	percentagem	0	30,0	83,6	279
4 - Taxa de prevalência de fumantes nas capitais Tipo: eficácia	Nº de fumantes das capitais na amostra do inquérito telefônico dividido pelo nº de participantes do inquérito telefônico, multiplicado por 100		percentagem	16,2 (2006)	15,2	15,0	99

2.4.1. Evolução dos gastos gerais

Evolução dos gastos ocorridos nos 3 últimos anos.

Os valores abaixo discriminados se referem a diárias e passagens no desenvolvimento dos Programas gerenciados pela UJ.

Descrição	Ano				
	2006		2007	2008	
	Programa	Valor	Valor	Programa	Valor
Diárias	1186	199.948,26	100.000,00	1444	1.309.564,77
	1203	538.830,23	339.493,85		
	1307	403.164,23	693.414,57		
	1308	133.979,59	-		
	1370	112.893,23	100.000,00		
	1371	152.695,22	50.000,00		
TOTAL		1.541.510,76	1.282.908,42		1.309.564,77
Passagens	1186	471.000,00	130.000,00	1444	2.200.000,00
	1203	1.750.000,00	1.040.000,00	1446	600.000,00
	1303-2B21	50.000,00	-		
	1306	250.000,00	-		
	1307	440.000,00	750.000,00		
	1308	421.000,00	350.000,00		
	1370	330.450,00	100.000,00		
	1371	209.000,00	300.000,00		
TOTAL		3.921.450,00	2.670.000,00		2.800.000,00

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

4. RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

5. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAUDE
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO

TIPO	Código SIAFI	Identificação do Termo inicial ou de aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Fim da Vigência	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	UF	Beneficiários	Situação da avença
EXERCÍCIOS DE 1999 A 2003											
1	498136	2880/2003	Custeio a manutenção e aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o centro de referência Alfredo da Matta	19.01.2004	1/4/2008	625.524,50	625.524,50	Não se aplica	AM	Fundação de Dermatologia e Venerologia Alfredo da Matta	Pago Total
EXERCÍCIO DE 2004											
1	506302	176/2004	Implantação de Centro Colaborador Avaliação de Impacto e Tecnologias no Campo das Doenças Infeciosas.	21/1/2009	30/6/2009	531.649,46	425.319,57	Não se aplica	BA	Fundação de apoio, pesquisa e extensão	Pago Parcial
1	510608	3672/2004	Custeio as Atividades de Referência Nacional e Regional para a Rede de Laboratório de Saúde Pública e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes.	19/12/2008	29/6/2009	770.000,00	595.000,00	77.000,00	DF	Lacen	Pago Parcial
1	502026	168/2004	Construção de um Centro de Controle de Zoonoses.	5/12/2007	9/5/2008	700.000,00	280.000,00	140.000,00	MG	Pm Belo Horizonte	Pago total

1	520316	3690/2004	Custeio e Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para o Laboratório de Referência Nacional e Regional da Funed.	18/9/2008	31/1/2009	1.250.000,00	920.000,00	250.000,00	Fundação de desenvolvimento o - FUNED	Pago Parcial
1	510451	3686/2004	Implantação das ações de Vigilância em saúde para apoio ao Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública	8/12/2008	24/7/2009	944.991,00	744.991,00	94.499,00	Ses de Pernambuco	Pago Parcial
1	510883	3652/2004	Construção da Rede de Frio.	9/9/2008	25/1/2010	1.120.000,00	0,00	224.000,00	Ses do Rio de Janeiro	Gerado pré-convênio
1	499366	Portaria 96/2004	Imunobiológicos para transferência de Tecnologia	14/4/2004	31/12/2009	660.595.963,21	565.595.765,24	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago Parcial
1	521198	5612/2004	Fortalecer a Qualificação, Expansão e a Descentralização das Ações de Controle da Tuberculose	4/7/2008	14/12/2008	350.000,00	262.500,00	Não se aplica	Sociedade de Pneumologia e fisiologia	Pago Parcial
1	504929	152/2004	Ampliação e Aquisição de Equipamentos da Rede Frio.	28/3/2008	28/012009	792.358,93	0,00	88.039,88	Ses de Rondonia	Gerado pré-convênio
1	511941	3651/2004	Construção de Rede de Frio de Imunobiológicos.	9/7/2007	24/8/2009	1.120.000,00	0,00	224.000,00	Ses do Rio Grande do Sul	Gerado pré-convênio
1	506945	3586/2004	Conclusão de unidade de saúde e aquisição de equipamento e material permanente.	18/11/2008	8/8/2009	700.000,00	700.000,00	70.000,00	PM Chapecó	Pago Total
1	500105	129/2004	Projeto "Inquérito de cobertura vacinal nas regiões metropolitanas e capitais do	18/11/2008	8/4/2009	1.367.570,00	1.025.570,00	Não se aplica	Centro de Estudos	Pago Parcial

1	547683	4605/2005	Desenvolvimento de Metodologias para Contribuição para Superação do Óbito Infantil e Materno	12/1/2009	30/6/2009	682.395,00	566.116,25	Não se aplica	RJ	Fundação de desenvolvimento científico e tecnológico em saúde	Pago Parcial
1	548094	4892/2005	Construção do Centro de Zoonoses	9/1/2009	30/6/2009	410.000,00	82.000,00	82.000,00	RS	Pm de Uruguaiana	Pago Parcial
1	548101	4895/2005	Ampliação de Rede de Frio, Aquisição de Equipamento e Material Permanente	14/1/2009	8/12/2009	250.000,00	0,00	25.000,00		Ses do Rio Grande do Sul	Gerado pré-convênio
1	545996	1838/2005	Implementação de Novas Técnicas Laboratoriais no Instituto Adolfo Lutz	18/6/2008	31/12/2008	1.140.000,00	942.096,00	285.000,00		Ses de São Paulo	Pago Parcial
1	548553	4842/2005	Reforma e Ampliãodo Centro de Controle de Zoonoses	22/1/2009	30/6/2009	341.147,05	256.760,52	135.458,82	SP	Pm Piracicaba	Pago Parcial
1	548660	3708/2005	Construção do Centro de Zoonoses	21/1/2009	27/6/2009	451.200,00	270.720,00	300.800,00		Pm de Taboão da Serra	Pago Parcial
1											
Exercício de 2006											
1	563317	149/2006	Construção de Unidade de Saúde	10/6/2008	26/12/2009	1.307.418,75	0,00	145.268,75	AM	Fundação de Vigilância em saúde	Gerado pré-convênio
1	577110	879/2006	Aquisição de equipamento e material permanente, reforma de unidade de saúde - adequação da Rede de Frio de Imunobiológicos	9/1/2008	4/12/2008	300.000,00	0,00	30.000,00	BA	Fundo Estadual de Saúde	Gerado pré-convênio
1	563333	150/2006	Construção de Unidade de Saúde	10/10/2008	30/1/2009	550.000,00	0,00	28.000,00	CE	Pm Jequié	Gerado pré-convênio

1	577111	906/2006	Construção de Unidade de Saúde	20/11/2007	30/6/2009	500.000,00	0,00	42.500,00	Pm Caucaia	Gerado pré-convênio
1	586844	2965/2006	Curso, Congresso, Encontro, Treinamento, Seminário e Eventos para capacitar os médicos do sistema único de saúde	29/7/2008	25/7/2009	250.000,00	0,00	Não se aplica	Sociedade Cearense de Infectologia	Gerado pré-convênio
1	586858	1380/2006	Treinamento de Técnicos que Participaram dos Estudos de Validação,	26/11/2008	28/2/2009	150.000,00	0,00	Não se aplica	Fundação de apoio a pesquisa da UFG	Gerado pré-convênio
1	563380	158/2006	Custear despesas voltadas para Atendimento Psicossocial, visando a Promoção da Saúde	20/7/2007	19/6/2008	154.000,00	0,00	Não se aplica	Sociedade Goiana de Cultura	Gerado pré-convênio
1	573085	154/2006	Constituição de Um Sistema de Monitoramento das Condições de Saúde dos Idosos do Brasil	07/10//2008	30/1/2009	400.000,00	266.666,67	Não se aplica	Fundep	Pago Parcial
1	581935	841/2006	Implantação do Plano de Segurança da Água no Brasil - Psa	5/12/2007	6/11/2008	350.000,00	233.333,33	Não se aplica	Fundação Arthur Bernardes	Pago Parcial
1	586018	1204/2006	Cooperação Técnica em Gestão e Vigilância em Saúde	7/8/2008	26/2/2009	350.000,00	233.333,34	Não se aplica	Fundep	Pago Parcial
1	571849	162/2006	Construção do Sistema de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmiss. E seus fatores de Risco	30/10/2007	3/5/2009	200.000,00	133.333,35	Não se aplica	Universidade de Minas Gerais	Pago Parcial
1	581972	843/2006	Ampliação de unidade de saúde	28/11/2007	15/12/2009	784.581,25	0,00	78.458,13	Ses da Paraíba	Gerado pré-convênio

1	582396	867/2006	Elaborar Políticas de Saúde fundamentadas nas reais necessidades da população da região	14/7/2008	31/12/2008	188.180,00	0,00	5.820,00	PE	Pm Camocim de São Felix	Gerado pré-convênio
1	581996	884/2006	Ampliação e Reforma de Unidade de Saúde, Aquisição de Equipamento e Material Permanente	4/12/2007	30/6/2009	742.000,00	0,00	74.200,00	PR	Instituto de saúde do Paraná	Gerado pré-convênio
1	563482	161/2006	Suprir a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública com Insumos e Reagentes	12/1/2009	30/6/2009	200.000,00	133.333,34	20.000,00		Instituto de saúde do Paraná	Pago parcial
1	Sem número	Portaria 633/2006	Estudo e pesquisas á saúde do trabalhador	12/1/2009	31/12/2009	173.900,00	173.900,00	Não se aplica	RJ	Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
1	582034	1382/ 2006	Estudos e pesquisas para apoio ás ações da hanseníase.	10/1/2007	28/12/2009	500.000,00	500.000,00	Não se aplica		Pago Total	
1	582035	1424/ 2006	Desenvolver processos de educação popular	10/1/2007	30/3/2009	148.800,00	148.800,00	Não se aplica	RJ	MORHAN	Pago total
1	582036	1509/2006	Curso e congresso para formação da gestão participativa e controle social.	10/1/2009	4/7/2009	295.650,00	197.100,00	Não se aplica			Pago Parcial
1	586997	2920/2006	Apoio as ações de tuberculose.	13/6/2008	30/6/2009	110.000,00	0,00	Não se aplica	RN	Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social	Gerado pré-convênio
1	582476	886/2006	Ampliação e Reforma de unidade de saúde.	4/12/2007	30/6/2009	350.000,00	0,00	35.000,00		Pm de Natal	
1	576446	870/2006	Construção de unidade de saúde	18/12/2006	4/12/2008	500.000,00	0,00	182.209,50	SC	Pm Blumenal	Gerado pré-convênio

1	577127	863/2006	Ampliação de unidade de saúde	12/12/2007	30/12/2009	333.333,33	0,00	16.667,00	SE	Pm Aracaju	Gerado pré-convênio
1	582870	1263/2006	Aquisição de Equipamento e Material Permanente, Manutenção de unidade de saúde	12/12/2007	31/8/2009	220.000,00	0,00	44.000,00	SP	Instituto Pasteur- Ses São Paulo	Gerado pré-convênio
1	572811	782/2006	Monitoramento de Fatores de Risco e Proteção para a Saúde do Adolescente e do Adulto	17/11/2006	9/6/2009	200.000,00	133.334,00	Não se aplica		Fundação de apoio a universidade de São Paulo	Pago Parcial
1	572812	783/2006	Apoiar as atividades de eliminação da Hanseníase e realizar diagnóstico de novos casos	9/5/2008	12/3/2009	600.000,00	400.000,00	Não se aplica		Instituto Lauro Souza Lima	Pago Parcial
1	572813	784/2006	Desenvolvimento do Projeto Homem Virtual	24/10/2007	3/11/2008	250.000,00	0,00	Não se aplica		Fundação Faculdade de Medicina	Gerado pré-convênio
1	581569	838/2006	Propiciar validação dos métodos de detecção de protozoários patogênicos em água, sedimentos e solos	26/08/2008	31/7/2009	150.000,00	100.000,00	60.000,00		Universidade Estadual de Campinas	Pago Parcial
1	574876	864/2006	aquisição de equipamento e material permanente, custeio e reforma de unidade de saúde	29/7/2008	25/07/2009	2.250.000,00	0,00	Não se aplica		Fundação Butantan	Gerado pré-convênio
1	582876	1267/2006	Capacitar profissionais médicos pra atendimento a portadores das hepatites virais	6/8/2008	31/03/2009	250.000,00	166.666,67	Não se aplica		Sociedade Brasileira de Infectologia	Pago Parcial
EXERCICIO DE 2007											
1	617737	2486/2007	Ampliação da rede de frio	05/12/2008	30/6/2009	250.000,00	0,00	27.480,00	AC	SES Acre	Gerado pré-convênio

1	617791	2925/2007	Construção de Regional de Rede de Frio	26/11/2008	30/6/2009	220.000,00	0,00	44.000,00	AM	Fundação de Vigilância em Saúde-SES Amazonas	Gerado pré-convênio
1	617832	2527/2007	Avaliação do impacto epidemiológico das armadilhas Mosqui Trap Letal e BG-Sentinel	16/1/2008	31/12/2008	493.955,00	493.955,00	Não se aplica		Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão-FAPEX	Pago total
1	Sem número	Portaria 738/2007	Curso de capacitação em hepatites virais	16/1/2008	31/12/2008	128.500,00	128.500,00	Não se aplica	BA	Universidade Federal da Bahia	Pago parcial
1	Sem número	Portaria 652/2007	Aquisição de equipamento e material permanente para atendimento em hepatologia	7/1/2008	31/12/2008	553.214,00	553.214,00	Não se aplica		Universidade Federal da Bahia	Pago parcial
1	617850	2927/2007	Construção da rede de frio	5/12/2008	30/6/2009	200.000,00	0,00	20.000,00		Fundo Estadual de Saúde do Estado da Bahia	Gerado pré-convênio
1	618001	2518/2007	Construção CCZ	22/1/2009	30/6/2009	400.000,00	0,00	40.000,00		PM Aquiráz	Gerado pré-convênio
1	618130	3684/2007	Manutenção e ampliação do Centro de Referência D. Libânia	3/12/2009	30/6/2009	990.000,00	0,00	110.000,00	CE	SES - D. Libânia	Gerado pré-convênio
1	618132	2936/2007	Reforma do Crie e aquisição de equipamento e material permanente	3/12/2008	30/6/2009	70.000,00	0,00	7.000,00		SES Ceará	Gerado pré-convênio
1	Sem número	Portaria 732/2007	Aquisição de equipamento e material permanente para o combate a violência	15/01/2008	31/12/2008	150.000,00	150.000,00	Não se aplica		Universidade Federal de Goiás	Pago total
1	Sem número	Portaria 639/2007	estudos sobre a promoção à saúde	7/1/2008	31/12/2009	96.130,00	96.130,00	Não se aplica	GO	Universidade Federal de Goiás	Pago total

1	616184	2941/2007	Avaliação do comportamento de oviposição e dispersão de ovos de Aedes Aegypti	16/1/2008	25/12/2007	362.035,00	362.035,00	Não se aplica	MG	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	Pago Total
1	618430	2939/2007	Contrução Ampliação Rede Frio 04 Unidades	9/12/2008	30/6/2009	554.400,37	0,00	61.599,00	MA	SES Maranhão	Gerado pré-convênio
1	616489	2496/2007	Ampliação de CCZ	23/12/2008	30/6/2009	200.000,00	0,00	20.000,00	MS	PM de Três Lagoas	Gerado pré-convênio
1	616570	2535/2007	Reforma de CCZ	9/12/2008	30/6/2009	150.000,00	0,00	15.000,00	PA	PM Marabá	Gerado pré-convênio
1	616620	2417/2007	Construção da rede de frio	9/12/2008	30/6/2009	430.000,00	0,00	43.000,00		SES do Pará	Gerado pré-convênio
1	616885	3109/2007	Ampliação da regional de rede de frio de Petrolina.	9/12/2008	30/6/2009	300.000,00	0,00	30.972,00	PE	SES Pernambuco	Gerado pré-convênio
1	616859	3354/2007	Reforma da cobertura da central de armazenamento	16/1/2008	20/12/2009	590.000,00	0,00	118.000,00		SES Pernambuco	Gerado pré-convênio
1	616901	2622/2007	Construção de CCZ	15/1/2008	30/6/2009	800.000,00	0,00	40.000,00	PI	PM Teresina	Gerado pré-convênio
1	Sem número	Portaria 649/2007	Prestação de serviços laboratoriais de referência para diagnóstico de vetores e avaliação de inseticidas	14/1/2008	31/12/2008	2.900.000,00	2.900.000,00	Não se aplica	RJ	Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total

1	Sem número	portaria 615/2007	Estudo e pesquisa para atendimento a saúde do trabalhador	14/1/2008	31/12/2008	800.000,00	800.000,00	800.000,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total
1	Sem número	Portaria. 653/2007	Cursos para atender á saúde do trabalhador e ecologia humana	15/1/2008	31/12/2008	776.000,00	776.000,00	776.000,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total
1	Sem número	Portaria 754/2007	Desenvolvimento tecnológico de reagentes e métodos diagnóstico de doenças transmissíveis rede de laboratórios de saúde pública	17/1/2008	31/12/2008	5.253.689,05	5.253.689,05	5.253.689,05	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total
1	Sem número	Portaria 617/2007	Cooperação técnica às ações de vigilância em saúde ambiental	14/1/2008	31/12/2008	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total
1	617228	1264/2007	Implementação vigilância da silicose	17/1/2008	25/12/2008	270.000,00	270.000,00	270.000,00	Não se aplica	CEPESC-RJ	Pago Total
1	Sem número	Portaria 178/2007	Implantação e produção da Vacina contra Rotavírus	15/8/2007	30/6/2009	204.920.000,00	269.120.000,00	204.920.000,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago parcial
1	Sem número	Portaria 704/2007	Pesquisas em hepatites Virais com ênfase no Fígado.	17/1/2008	31/12/2008	437.170,00	437.170,00	437.170,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total
1	Sem número	Portaria 740/2007	Aquisição de equipamentos - exames de contaminação humana por substâncias químicas	17/1/2008	25/12/2008	750.000,00	750.000,00	750.000,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total

1	Sem número	Portaria 615/2007	Apio a implantação rede nacional de atenção à saúde do trabalhador	14/1/2008	31/12/2008	800.000,00	800.000,00	800.000,00	Não se aplica
1	Sem número	Portaria 635/2007	Desenvolvimento tecnológico para tuberculósticos	14/1/2008	31/12/2008	468.000,00	468.000,00	468.000,00	Não se aplica
1	Sem número	Portaria 548/2007	Produção e distribuição de medicamentos para atender o PN_DST/Aids	14/1/2008	31/12/2008	82.408.900,00	82.408.900,00	82.408.900,00	Não se aplica
1	Sem número	Portaria 624/2007	Redução da morbimortalidade por acidentes de trânsito.	14/1/2008	31/12/2008	130.000,00	130.000,00	130.000,00	Não se aplica
1	Sem número	Portaria 729/2007	Equipamento e material permanente para atender aos centrod e referência em Hanseníase	15/1/2008	31/12/2008	700.000,00	700.000,00	700.000,00	Não se aplica
1	Sem número	Portaria 731/2007	Equipamento e material permanente para atender aos laboratórios de Imu8npreveníveis	15/1/2008	31/12/2008	1.815.484,00	1.815.484,00	0,00	Não se aplica
1	Sem número	Portaria 659/2007	encontro para proposta de curso para técnicos em rede de frio	14/1/2008	31/12/2008	95.625,00	95.625,00	95.625,00	Não se aplica
1	Sem número	Portaria 730/2007	Aquisição de equipamento e material permanente para técnicos do PNCH	15/1/2008	31/12/2008	171.300,00	171.300,00	171.300,00	Não se aplica
1	Sem número	Portaria 181/2007	Produção e entrega da vacina Influenza tipo B	15/8/2007	31/12/2008	210.786.104,00	210.786.104,00	207.585.067,44	Não se aplica
1	Sem número	Portaria 7282007	Equipamento e material permanente para atenção a violência e outras causas externas	15/1/2008	31/12/2008	130.000,00	130.000,00	130.000,00	Não se aplica

Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total
Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total
Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total
Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total
Fundação Oswaldo Cruz	Pago Total
Fundação Oswaldo Cruz	Gerado Pré-convênio
Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
Fundação Oswaldo Cruz	Pago total

1	Sem número	Portaria 724/2007	Aquisição de equipamento e material permanente para apoio á laboratórios de saúde pública	15/1/2008	31/12/2008	140.000,00	140.000,00	140.000,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
1	Sem número	Portaria 727/2007	Inquérito Nacional de Diabetes e Doenças cardiovasculares	15/1/2008	31/12/2008	994.088,00	994.088,00	994.088,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
1	Sem número	Portaria 662/2007	Estudos para sistema de informações ambientais	15/1/2008	31/12/2008	492.000,00	492.000,00	492.000,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
1	Sem número	Portaria 710/2007	Encontro em vigilância ambiental	15/1/2008	31/12/2008	142.000,00	142.000,00	142.000,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
1	Sem número	Portaria 661/2007	Curso de capacitação de gestores em Saúde Pública	14/1/2008	31/12/2008	800.000,00	800.000,00	800.000,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
1	Sem número	Portaria 668/2007	Aquisição de equipamento e realização de estudos sobre soro canino	14/1/2008	31/12/2008	371.844,68	371.844,68	371.844,68	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
1	Sem número	Portaria 658/2007	Aquisição de equipamento para unidade referencia em Hepatites	15/1/2008	31/12/2008	585.086,00	585.086,00	585.086,00	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	Pago total
1	Sem número	Portaria 663/2007	Aquisição equipamento estudo p/avaliar a imunogenicidade e segurança das vacinas	14/1/2008	31/12/2008	905.989,55	637.332,25	637.332,25	Não se aplica	Fundação Oswaldo Cruz	pago Parcial
1	617236	2500/2007	Elaboração, execução e publicação de modelo de busca ativa de casos de tuberculose	16/1/2008	31/12/2008	278.000,00	0,00	0,00	Não se aplica	Fundação Ataulpho de Paiva	Gerado pré-convênio
1	Sem número	Portaria 523/2007	Aquisição de equipamentos e material permanente para o enfrentamento da pandemia de gripe aviária	10/12/2007	31/12/2008	1.352.000,00	1.352.000,00	1.352.000,00	Não se aplica	Laboratório Farmacêutico da Marinha	Pago Total

1	617458	2624/2007	Construção de CCZ	16/1/2008	30/6/2009	500.000,00	0,00	26.000,00	RO	PM Cacoal	Gerado pré-convênio
1	622003	2904/2007	Construção de regionais de rede de frio	22/12/2008	30/6/2009	428.234,95	0,00	47.581,66	RR	SES Roraima	Gerado pré-convênio
1	618457	2835/2007	Produção de novas vacinas de interesse do PNI	30/6/2008	22/5/2009	4.300.000,00	2.866.666,66	Não se aplica	SP	Fundação Butantan	Pago Parcial
1	618854	2836/2007	Construção de CCZ	14/1/2009	20/12/2009	700.000,00	0,00	70.000,00		PM Sorocaba	Gerado pré-convênio
1	618632	2552/2007	Construção de CCZ	17/1/2008	30/06/2009	600.000,00	0,00	62.352,82	SP	PM Ferraz de Vasconcelos	Gerado pré-convênio
1	636924	3629/2007	Reestruturação Universidade para implantação de atividades de promoção da saúde	7/11/2009	30/6/2009	99.000,00	0,00	21.800,00		Universidade Estadual Julio Mesquita Filho	Gerado pré-convênio
1	617660	2771/2007	Construção da Rede de frio	7/1/2009	30/6/2009	220.000,00	0,00	24.440,00	TO	SES Tocantins	Gerado pré-convênio
EXERCÍCIO DE 2008											
1	623765	22	Produção e Distribuição de preservativos masculinos e Realização de estudos e pesquisas	8/5/2008	4/4/2009	20.000.000,00	13.490.000,01	Não se aplica	AC	Fundação de Tecnologia do Acre	Pago parcial
1	635097	1373	Aquisição de equipamento e material permanente para atender ao centro de controle de zoonoses	12/11/2008	6/11/2009	200.000,00	100.000,00	15.015,00		PM Cruzeiro do Sul	Pago parcial

1	630595	1268	Avaliar efetividade de mosquiteiros empregados	23/7/2008	29/6/2009	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	150.140,00	SES do Acre (Emenda)	Pago total
1	631121	628	Reestruturação da Biblioteca/Apoio às demandas estaduais/Oficinas de pesquisas	23/7/2008	29/6/2009	900.000,01	589.998,26	99.999,99	AM	Centro de Ref. Nacional em Hanseníase - Alfredo da Matta	Pago parcial
1	632092	Port. 297	Desenvolvimento de estruturas operativas para inserção da Saúde do trabalhador	30/9/2008	25/7/2009	544.229,36	544.229,36	Não se aplica	BA	Universidade Federal da Bahia	Pago total
1	636764	Port. 522	Estudos e pesquisas sobre vigilância, prevenção e controle das hepatites virais	11/12/2008	23/12/2009	370.600,00	0,00	Não se aplica		Universidade Federal da Bahia	Gerado pré-convenio
1	637150	Port. 686	Diagnóstico e melhoria da capacidade de vigilância epidemiológica no Brasil	19/12/2008	12/12/2009	970.000,00	0,00	Não se aplica		Universidade Federal da Bahia	Gerado pré-convenio
1	635400	Port. 380	Leshimaniose	7/11/2008	25/10/2009	200.000,00	200.000,00	Não se aplica	CE	Universidade Federal da Bahia	Pago total
1	644855	1620	Realização de estudo sobre controle e eliminação da hanseníase e aquisição de equip e mat permanente	15/1/2009	26/12/2009	500.000,00	0,00	50.001,00		SES	Gerado pré-convenio
1	630884	629	Aquisição de equipamentos para CCZ tipo 2	23/7/2008	29/6/2009	250.000,00	250.000,00	12.500,00	DF	PM Crateús	Pago total
1	637093	Port. 382	Elaboração de curso para formação de gestores em promoção da saúde	19/12/2008	12/12/2009	492.910,00	0,00	Não se aplica		Fundação Universidade de Brasília - UNB	Gerado pré-convenio

1	634398	1395	Apio para realização do Congresso Brasileiro de Enfermagem e publicação da revista brasileira de enfermagem.	24/10/2008	18/10/2009	332.660,00	332.660,00	33.660,00	ABEN - Associação Brasileira de Enfermagem	Pago total
1	637499	Port. 635	Treinamento de graduados-episus	15/12/2008	4/12/2009	1.524.696,00	0,00	Não se aplica	CNPQ	Gerado pré-convênio
1	636882	Port. 610	Implementação de laboratório multidisciplinar de estudos epidemiológicos e demográficos	17/12/2008	23/11/2009	185.000,00	0,00	Não se aplica	Fundação Universidade de Brasília - UNB	Gerado pré-convênio
1	637096	Port. 608	Apio nos processos e estudos para aprimorar estimativas de nascimento e óbitos infantis	19/12/2008	12/12/2009	180.000,00	0,00	Não se aplica	Fundação Universidade de Brasília - UNB	Gerado pré-convênio
1	637103	Port. 397	Avaliação dos moradores da região Fercal-DF	19/12/2008	12/12/2009	150.000,00	0,00	Não se aplica	Fundação Universidade de Brasília - UNB	Gerado pré-convênio
1	636874	Port. 489	Participação em evento na Espanha	17/12/2008	11/12/2009	150.000,00	0,00	Não se aplica	Secretaria de Recursos Hídricos	Gerado pré-convênio
1	644860	2481	Curso sobre saúde integral da mulher - roda de mulheres	20/1/2009	26/12/2009	200.000,00	0,00	Não se aplica	ARCANA - Instituto de Desenvolvimento Humano (Emenda)	Gerado pré-convênio
1	637098	Port. 621	Aquisição de Teste Rápido validados pelo PN-DST/Aids	17/12/2008	11/12/2009	6.500.000,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal do Espírito Santo	Gerado pré-convênio
1	636883	Port. 622	Aquisição de equipamento e material permanente para Dst/aids	17/12/2008	11/12/2009	1.500.000,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal do Espírito Santo	Gerado pré-convênio
										ES

1	644884	1501	Implantação do núcleo de prevenção de violências e acidentes e promoção da saúde	15/1/2009	26/12/2009	100.000,00	0,00	3.000,00	PM Jussara	Gerado pré-convênio
1	637345	Port. 732	Aquisição de equipamento e material permanente	22/12/2008	13/12/2009	219.957,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal de Goiás	Gerado pré-convênio
1	636382	Port. 310	Município saudável	1/12/2008	19/11/2009	249.690,00	124.845,00	Não se aplica	Universidade Federal de Goiás	Pago parcial
1	632130	63	Construir CCZ tipo 2	23/7/2008	29/6/2009	600.000,00	0,00	30.000,00	PM Teófilo Ottoni	Gerado pré-convênio
1	644965	1478	Redução da morbimortalidade	20/1/2009	26/12/2009	100.000,00	0,00	20.000,00	SES	Gerado pré-convênio
1	636836	Port. 537	Aquisição de equipamento e material permanente para realização de estudos e pesquisas	16/12/2008	23/11/2009	249.900,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal de Minas Gerais	Gerado pré-convênio
1	637310	Port. 368	Apoio as demandas regionais, nacionais e estaduais - capacitação, eventos e pesquisas	22/12/2008	13/12/2009	500.000,00	0,00	Não se aplica	Fundação Universidade Federal de Uberlândia	Gerado pré-convênio
1	631149	62	Aquisição de equipamentos	24/07/2008	29/6/2009	270.000,00	0,00	30.000,00	PM Contagem	Gerado pré-convênio
1	633990	1288	Realização de cursos na área de Aids	13/7/2008	17/7/2009	100.000,00	50.000,00	0,00	Associação de Apoiadores e Preventores da Aids (Emenda)	Pago Parcial
1	637140	Port. 668	Estudo e pesquisa relevante para a atenção primária em saúde	19/12/2008	12/12/2009	2.315.800,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal de Minas Gerais	Gerado pré-convênio

1	637132	Port. 584	Realização de capacitações para atenção ao paciente com dengue grave para FHD	19/12/2008	12/12/2009	111.500,00	0,00	Não se aplica	MS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Gerado pré-convenio
1	644119	1639	Estudos e pesquisas - projeto institucional de apoio a saúde pública e pesquisa biomédica	16/1/2009	26/12/2009	2.505.929,34	0,00	125.296,49	PA	Fundação Instituto para o Desenvolvimento da Amazônia - FIDESA	Gerado pré-convenio
1	635292	Port. 296	Colaboração nas análises do VIGITEL	7/11/2008	25/10/2009	100.000,00	100.000,00	Não se aplica		Universidade Federal do Pará	Pago total 09/12/08
1	635402	Port. 434	Implantação do atendimento especializado em hepatites virais no estado da Paraíba e de estrutura de formação de recursos humanos	7/11/2008	25/10/2009	208.890,00	0,00	Não se aplica	PB	Universidade Federal da Paraíba	Gerado pré-convenio
1	645036	1430	Aquisição de câmara fria e grupo gerador para central estadual de imunobiológicos	15/1/2009	26/12/2009	600.000,00	0,00	60.000,00		SES	Gerado pré-convenio
1	631161	163	Construção de CCZ tipo 2	23/7/2008	29/6/2008	600.000,00	0,00	60.000,00		PM Patos	Gerado pré-convenio
1		1431	Caácitar profissionais de saúde georeferenciada	15/1/2009	26/12/2009	100.000,00	0,00	5.204,61	PE	PM Olinda	Gerado pré-convenio
1	649395	1661	Estudo e pesquisa sobre hepatites virais	16/1/2009	26/12/2009	487.700,00	0,00	Não se aplica		Instituto de Apoio a Fundação Universidade de Pernambuco - IAUIPE	Gerado pré-convenio

1	636794	Port. 490	Custeio para atenção básica a municípios saudáveis	16/12/2008	23/11/2009	180.000,00	0,00	Não se aplica		Universidade Federal de Pernambuco	Gerado pré-convênio
1	650906	1644	Aquisição de equipamento e material permanente para o desenvolvimento e inovação de produtos	20/1/2009	26/12/2009	1.800.000,00	0,00	699.999,99		Instituto de Tecnologia do Paraná	Gerado pré-convênio
1	615883	1565	Aquisição e distribuição de Kits de reagentes para diagnósticos laboratoriais à rede de laboratório de saúde pública	19/1/2009	26/12/2009	500.000,00	0,00	100.000,00	PR	Fundo Estadual de Saúde - FUNSAUDE/CP PI	Gerado pré-convênio
1	631005	168	Ampliar o CCZ	23/7/2008	29/6/2009	260.000,00	0,00	260.000,00		PM Foz do Iguaçu	Gerado pré-convênio
1	631596	79	Modernizar e adequar áreas de produção de soros	23/7/2008	29/6/2009	1.016.000,00	1.016.000,00	254.000,00	RJ	Instituto Vital Brasil	Pago total
1	635394	Port. 443	Fortalecimento Rede Nacional "AMBIENTAL"	7/11/2008	25/10/2009	1.736.280,00	1.090.000,00	Não se aplica		FIOCRUZ (Projeto 1)	Pago parcial
1	628596	Port. 221	Aquisição de imunobiológicos + pagamento de Royalties	11/7/2008	29/6/2009	114.966.695,57	76.644.321,82	Não se aplica		FIOCRUZ (Projeto 2)	Pago parcial
1	633532	Port. 325	Fortalecimento da Rede Nacional de Laboratório de Saúde Pública	11/9/2008	2/8/2009	4.470.000,00	4.470.000,00	Não se aplica		FIOCRUZ (Projeto 3)	Pago total

1	634563	Port. 439	MONITORIME / Pesquisa Larvas -CPqRR / Cooperação técnica com o centro de saúde Escola GSF- Vigilância em saúde e atenção básica / Projeto Sulfoa / Estudo multicêntrico Aedes / Avaliação Núcleos de prevenção de violências	21/10/2008	12/9/2009	1.099.000,00	1.099.000,00	1.099.000,00	Não se aplica	FIOCRUZ (Projeto 4)	Pago total
1	635627	Port. 298	Cursos de mestrado e curso EAD	24/11/2008	13/11/2009	1.819.898,25	1.819.898,25	1.819.989,25	Não se aplica	FIOCRUZ (Projeto 5)	Pago total
1	634379	Port. 438	Projeto Scielo Livros/ Digitalização e indexação de acervos / Seminário Mundial da Dengue	21/10/2008	12/9/2009	680.000,00	680.000,00	680.000,00	Não se aplica	FIOCRUZ (Projeto 6)	Pago total
1	631636	Port. 367	Qualificação escolas de saúde/Hanseniose/qualificação e estão institucional da SVS	21/8/2008	14/8/2009	4.769.800,00	4.769.800,00	4.769.800,00	Não se aplica	FIOCRUZ (Projeto 7)	Pago total
1	637157	Port. 605	Aquisição de equipamento e material permanente e realização de curso de capacitação de gestores e profissionais de saúde.	19/12/2008	12/12/2009	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	Não se aplica	FIOCRUZ (Projeto 8)	Gerado pré-convênio
1	637328	Port. 707	Apoio a 10 projetos de imunobiológicos	22/12/2008	13/12/2009	1.800.000,00	1.800.000,00	0,00	Não se aplica	FIOCRUZ (Projeto 9)	Gerado pré-convênio
1	635871	637	Estudos e pesquisas	4/12/2008	28/11/2009	700.000,00	700.000,00	0,00	Não se aplica	FIOCRUZ (Projeto 10)	Gerado pré-convênio
1	637160	627	Produção e distribuição de medicamentos para atender ao Programa Nacional de	19/12/2008	11/12/2009	70.629.020,00	70.629.020,00	35.314.510,00	Não se aplica	FIOCRUZ (Projeto 11)	Pago parcial

1	635102	1354	Apoio na revisão do PENSE	12/11/2008	6/11/2009	100.000,00	0,00	Não se aplica	CEPESC	Gerado pré-convênio
1	631024	1113	Fortalecimento da estrutura central do MORHAN	23/7/2008	29/6/2009	589.636,00	0,00	Não se aplica	MORHAN	Gerado pré-convênio
1	645203	1453	Aquisição de câmara fria e grupo gerador para central estadual de imunobiológicos	16/1/2009	26/12/2009	1.400.000,00	0,00	280.000,00	SES	Gerado pré-convênio
1	638015	Port. 326	Fortalecimento do Centro de Referência p/ações de saúde ambiental	29/12/2008	22/10/2009	1.050.000,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Gerado pré-convênio
1	634919	Port. 514	PNAD	7/11/2008	30/10/2009	2.872.698,10	878.926,41	Não se aplica	IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Pago parcial
1	634917	Port. 513	Realização de estudos e pesquisas sobre o PENSE	7/11/2008	30/10/2009	1.299.999,60	1.299.999,60	Não se aplica	IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Pago parcial
1	633660	Port. 474	GATS- Inquérito de tabaco na população adulta	26/9/2008	17/9/2009	2.100.000,00	1.764.857,64	Não se aplica	IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Pago parcial
1	638037	Port. 378	Implementação de núcleo acadêmico de prevenção a violências e promoção da saúde.	29/12/2008	22/10/2009	100.000,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Gerado pré-convênio

1	648022	1306	Projeto sensibilização e divulgação: monitoramento da radiação UV e conscientização sobre efeitos maléficos saúde	19/1/2009	26/12/2009	300.000,00	0,00	Não se aplica	Fundação Ary Frauzino (INCA)	Gerado pré-convênio
1	645175	2023	Desenvolvimento de ações de mobilização - Hanseniose	16/1/2009	26/12/2009	302.136,00	0,00	Não se aplica	IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social	Gerado pré-convênio
1	636871	Port. 604	Realização de 02 estudos de modelo de Gestão em DST/AIDS	17/12/2008	11/12/2009	3.000.000,00	0,00	Não se aplica	RN Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Gerado pré-convênio
1	631363	1242	Avaliação das experiências de implementação dos projetos de atividade física e evitabilidade	24/7/2008	29/6/2009	200.000,00	200.000,00	Não se aplica	Fundação de Apoio Universitário de Pelotas	Pago total 28/11/08
1	649317	1455	Implementação da vigilância, monitoramento e prevenção de suicídio em municípios sentinela	15/1/2009	26/12/2009	200.000,00	0,00	40.000,00	SES	Gerado pré-convênio
1	649316	1436	Aquisição de câmara fria e grupo gerador para central estadual de imunobiológicos	15/1/2009	26/12/2009	900.000,00	0,00	180.000,00	SES	Gerado pré-convênio
1	638839	Port. 606	Plataforma EAD para vigilância de doenças não transmissíveis	16/12/2008	7/12/2009	465.150,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Gerado pré-convênio
1	634072	1294	Aquisição de equipamento para realização ecográfica nos pacientes com hepatite viral	24/07/2008	17/7/2009	153.033,00	0,00	Não se aplica	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	Gerado pré-convênio
1	637347	Port. 734	Produção de manuais de vídeo de DST/AIDS	22/12/2008	13/12/2009	3.380.190,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal de Santa Catarina	Gerado pré-convênio

1	632478	173	Construir CCZ tipo 2	23/7/2008	29/6/2008	600.000,00	0,00	200.000,00	PM Joinville	Gerado pré-convênio
1	632572	174	Construção de CCZ tipo 2	23/7/2008	29/6/2009	600.000,00	0,00	240.000,00	PM Birigui	Gerado pré-convênio
1	633994	1297	Avaliação do impacto da poluição atmosférica decorrente da queima de resíduos agrícolas	24/7/2008	27/7/2009	129.500,00	129.500,00	Não se aplica	Fundação Faculdade de Medicina	Pago total
1	632527	75	Fatores de risco e PENSE.	24/07/2008	29/6/2009	100.000,00	100.000,00	Não se aplica	Fundação Faculdade de Medicina	Pago total
1	631407	480	Rede de municípios saudáveis	23/7/2009	26/9/2009	350.000,00	175.000,00	70.000,00	UNICAMP	Pago parcial
1	631406	667	Doença de Chagas	23/7/2008	29/6/2009	141.775,19	141.775,19	37.673,27	UNICAMP	Pago total
1	645427	1510	Aquisição de equipamentos e materiais para adequação da área física	20/1/2009	26/12/2009	600.000,00	0,00	120.000,00	SES/SP - Instituto Pasteur	Gerado pré-convênio
1	631404	479	Aquisição de equipamentos e material permanente para o Hospital de referência em Hanseníase	23/7/2008	29/6/2009	385.000,00	385.000,00	77.000,00	SES/SP	Pago parcial
1	637137	Port. 663	Aquisição de equipamento e material permanente e realização de estudo e pesquisa sobre hepatites virais	19/12/2008	12/12/2009	347.000,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal de São Paulo	Gerado pré-convênio

1	637151	Port. 687	Criação laboratorial e retrovirologia em ds/aids e aquisição de equipamento e material permanente	19/12/2008	13/12/2009	1.530.000,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal de São Paulo	Gerado pré-convênio
1	636813	Port. 440	Cooperação técnica e científica para o desenvolvimento de ações relacionadas a saúde do trabalhador portuário e do entorno	17/12/2008	11/12/2009	300.000,00	0,00	Não se aplica	Universidade Federal de São Paulo	Gerado pré-convênio
1	644628	1311	Curso realização de interpretação de exames anatomopatológicos	16/1/2009	26/12/2009	250.000,00	0,00	25.000,00	Sociedade Brasileira de Patologia - APLBA -	Gerado pré-convênio
1	635108	1363	Recebimentos de dados via satélite	12/11/2008	6/11/2009	425.000,00	212.500,00	21.250,00	Associação dos pesquisadores exp. de esc. da biofísica-ativos	Pago parcial
1	645628	1442	Aquisição de equipamento de informática e veículos para implementação da rede sentinela em saúde do trabalhador	20/1/2009	26/12/2009	420.000,00	0,00	84.000,00	SES	Gerado pré-convênio
1	645290	1438	Avaliação dos impactos da poluição atmosférica decorrente da queima de resíduos agrícolas na saúde da população exposta	16/1/2009	26/12/2009	150.000,00	0,00	15.000,00	Centro de Educação Permanente em Saúde Pública	Gerado pré-convênio
1	645293	1536	Realização do Curso Mestrado Profissional em Vigilância em Saúde	20/1/2009	26/12/2009	224.990,00	0,00	22.820,00	Centro de Estudos Augusto Leopoldo Ayrosa Galvão-CEALAG	Gerado pré-convênio
1	644610	1509	avaliação de projetos de atividade física	15/1/2009	26/12/2009	100.000,00	0,00	10.000,00	PM Guarulhos	Gerado pré-convênio

1	631388	1003	Apoio as demandas estaduais, regionais e nacionais/Pesquisa Multicêntrica de avaliação funcional internacional/acervo bibliográfico/simpósio brasileiro de hansenologia	26/9/2009	24/7/2008	24/7/2008	29/6/2009	2.220.000,00	2.220.000,00	2.220.000,00	222.000,00	Centro de Ref. Nacional em Hanseniose - Instituto Lauro Souza Lima	Pago total
1	631515	1275	Reforma e aquisição de equipamentos e material permanente CCZ	24/7/2008	24/7/2008	24/7/2008	29/6/2009	300.000,00	300.000,00	300.000,00	30.000,00	PM Santo André (Emenda)	Gerado pré-convênio

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

7. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Quadro II. A.4 – Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total US\$ 1.00	Empréstimo contratado (ingressos externos) US\$ 1.00		Contrapartida nacional Realizado US\$ 1.00	Valor das transferências de recursos (individualizar por motivo)			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado		Motivo (amortização, pagamento de juros, comissão de compromisso, outros)	Valor no ano US\$ 1.00	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
Acordo de Empréstimo LN7227BR com o BIRD	199,500,000.00	99,500,000.00	76,083,575.00	67,151,409.00	Juros	2005 – 9,068.88	9068,88	Ver item 7.1.1.	Ver item 7.1.2.
					Juros	2006 – 394,130.44	394,130.44		
					Juros	2007 – 1,940,776.68	1,940,776.68		
					Juros	2008 – 2,479,743.59	2,479,743.59		
					Juros	2009 – 1,184,431.84	1,184,431.84		
					Total Juros		6,008,151.43		
					Comissão de compromisso	2005 – 184,167.13	184,167.13		
					Comissão de compromisso	2006 – 319,709.83	319,709.83		
					Comissão de compromisso	2007 – 231,353.65	231,353.65		
					Comissão de compromisso	2008 – 176,155.92	176,155.92		
					Comissão de compromisso	2009 – 53,184.09	53,184.09		
					Total Comissão de Comprom.		964,570.62		
							6,972,722.05		

7.1 - Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos (inclusive quanto aos objetos e às metas previstos vs. realizados).

7.1.1- Principais dificuldades para a implementação do Projeto Vigisus II

Os principais motivos que dificultaram a utilização dos recursos externos de acordo com o cronograma estabelecido no Acordo de Empréstimo são:

- atraso na entrada em efetividade do Acordo, em função da demora da sua aprovação no Congresso Nacional, o que exigiu um realinhamento do cronograma de execução físico-financeiro do Projeto;

- atraso no processo de normatização e pactuação de procedimentos no âmbito do Subcomponente A.4, cuja execução é de responsabilidade de estados e municípios e que concentra 64% dos recursos do Componente A do Projeto. O atraso aqui registrado ocorreu em decorrência ao processo de negociação entre a SVS e os beneficiários, que levou um tempo maior do que o inicialmente previsto;

- atraso na aprovação do Orçamento da União, pelo Congresso Nacional, no exercício financeiro de 2006, ocorrido em maio, impactando negativamente à execução das atividades, principalmente despesas de investimento;

- avaliação de Meio Termo referente ao desempenho de estados e municípios, uma das exigências do Acordo, que, enquanto estava em análise pelo Banco Mundial, fez com que os recursos financeiros repassados para os beneficiários fossem da contrapartida nacional;

- necessidade de realocação de recursos entre as categorias de desembolso do empréstimo, aprovada através da Recomendação GTEC/COFIEX 404, de 08 de agosto de 2007, e efetivada com a aprovação do Banco Mundial, em 31 de outubro de 2007;

- retardamento na conclusão do processo de contratação dos modelos de gestão (Saúde Indígena), bem como de projetos sanitários ambientais em áreas especiais de remanescentes de quilombos;
- não autorização, no âmbito do Projeto, da utilização do Sistema da Ata de Registro de Preços.
- limitação em US\$ 100,000.00 para a utilização do Pregão Eletrônico;
- insucesso em alguns processos de contratação de serviços de pessoa jurídica, concentradores de expressivo volume de recursos financeiros.

7.1.2 Principais providências adotadas:

Para superação dos problemas vivenciados, estão sendo implementadas as seguintes principais medidas:

- intenso trabalho junto aos setores envolvidos na contratação de serviços no sentido de sensibilizá-los e apoiá-los tecnicamente para a priorização e agilização dos trâmites processuais;
- intensificação da assessoria técnica às secretarias de saúde beneficiárias pelo Subcomponente A.4, assim como às áreas do Ministério da Saúde envolvidas no Projeto;
- discussões com as procuradorias jurídicas e setores administrativos envolvidos para discussão e identificação de medidas para a superação dos obstáculos existentes;
- revisão dos bancos de dados, de forma a ampliar sua consistência, conferindo maior confiabilidade nas informações dos indicadores.
- negociação com o Banco Mundial para o aumento do limite para a utilização do Pregão Eletrônico de US\$ 100,000.00 para US\$ 500,000.00, o que reduzirá a fragmentação dos processos de contratação de serviços, assim como a autorização para a utilização do Sistema de Registro de Preços, de forma a conferir maior agilidade na execução do Projeto.

8. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

9. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

11. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

12. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Referência	Providências adotadas
Ofício nº 3-233/05-1244/2008-CART referente ao Relatório de Fiscalização nº227/2004 da CGU sobre diligência no município Chorrocho/ BA	Nota Técnica nº119/2008 DIGES/SVS/MS encaminhada ao Gabinete do Ministro em 17/09/2008
Ofício nº9245/2008 – DELEFAZ/SR/DPF/MG referente ao IPL nº 328/2008-SR/DPF/MG sobre irregularidades constatadas pela CGU no município de Uruçania/MG	Nota Técnica nº 131/2008/DIGES/SVS/MS encaminhada à AECI/GM em 05/09/2008
Ofício nº432/2008/PRM/JP/SOCT – 5ª CCR referente ao Relatório de Fiscalização nº 508/05 realizada no município de Pimenteiras do Oeste/RO.	Nota Técnica nº 142/2008/DIGES/SVS/MS encaminhada à AECI/GM em 28/10/2008
Ofício nº 417/2008/PRM/JP/SOCT-5ªCCR referente ao Relatório de Fiscalização da CGU nº 980/07 realizada no município de Parecis /RO	Nota Técnica nº 78/2008/DIGES/SVS/MS encaminhada à AECI/GM em 28/04/2009
Ofício 203/2008 de 21/05/2008 referente à recomendação nº 2.1.1 do Relatório de Fiscalização da CGU do município de Formosa/MG	DESPACHO nº 1326/77/2009/DIGES/SVS/MS de 28/04/2009 encaminhada à AECI/GM em 30/05/2008
Ofício nº 33/2008 de 04/06/2008 referente ao Relatório de Auditoria da	Ofício nº 1327 GAB/MS de 28/04/2009 encaminhado à Secretaria Municipal de

Fiscalização da CGU no município de Crsitianópolis/GO	Saúde de Cristianópolis
Aviso 203/2008 da CGU de 17/03/2008 referente ao Relatório de Auditoria nº 00190.002821/2004-22 do município de Camaragibe/AL	Ofício nº 944/GAB/MS encaminhado à CGU em 16/04/2007
Ofício nº 577/2008 PR/PA referente ao PA nº 1.23.000.001451/2006-16	Nota Técnica nº 94/2009/DIGES/SVS/MS encaminhada à SES / Pará - OF. Nº 912 GAB/SVS/MS de 26/03/2009

SORTEIO PÚBLICO	REFERÊNCIA	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
22º	Ofícios nº 27407/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 22 de agosto de 2007 e nº 798/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 15 de janeiro de 2008	DENASUS - Memorando nº 18/DIGES/SVS/MS, 22/01/2008 - CGU: Of. Nº 160/GAB/SVS/MS, de 22/01/08
	Antônio Dias/MG	Notas Técnicas: nº 109/2007/DIGES/SVS/MS e nº 252/2007/DIGES/SVS/MS de 26/12/2007 - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Aracaju/SE	Nota Técnica: nº 264/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios:SES/SE - Ofício nº 3820 de 31/12/2007 e SMS/ Aracaju/SE - Ofício nº 3800 GAB/SVS/MS de 31/12/2007 Respostas: SES/SE Ofício 1.150/2008 e SMS/Aracaju - 113/2008
	Belmonte/SC	Nota Técnica: nº 253/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.
	Benjamim Constant do Sul/RS	Nota Técnica: nº 265/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RS - Ofício nº 3804 de 31/12/2007, Respostas - Of. 011/08/GAB/CEVS/SES, de 14/02/08, solicitando prorrogação do prazo de resposta até 15/03/08 e Of. Gab 296/2008.
	Brejo Grande do Araguaia/PA	Nota Técnica: nº 266/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PA - Ofício nº 3813 de 31/12/2007, Respostas - não tem
	Canabrava do Norte/MT	Notas Técnicas: nº 255/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento e nº 41/2008/DIGES/SVS/MS. Ofício: Nº 945/GAB/SVS/MS, de 16 de abril de 2008.

Campina Verde/MG	<p>Nota Técnica: n° 104/2007/DIGES/SVS/MS 2149 de 08/08/2007, Resposta SES/MG: Of. SE n° 057/04, de 28/09/07 e OF.GVA 105/08</p> <p>Ofício: Ofício n°</p>
Casimiro de Abreu/RJ	<p>Nota Técnica: n° 256/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.</p>
Cruzeiro da Fortaleza/MG	<p>Notas Técnicas: n° 110/2007/DIGES/SVS/MS e 254/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.</p>
Cruz das Almas/BA	<p>Nota Técnica: n° 81/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: N°2011/GAB/SVS/MS, de 30/06/2008 Resposta SES/BA - Não tem</p>
Conceição da Barra/ES	<p>Nota Técnica: n° 258/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/ES - Ofício n° 3807 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Ofício 1146 GAB/SVS/MS, de 29/04/2008 e Ofício 1986 GAB/SVS/MS, de 27/06/2008 Resposta: SES/ES - não tem</p>
Divino das Laranjeiras/MG	<p>Nota Técnica: n° 267/2007/DIGES/SVS/MS SES/MG - Ofício n° 3811 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/MG - Of. SE N° : 008/2008</p> <p>Ofício:</p>
Fonte Boa/AM	<p>Nota Técnica: n° 268/2007/DIGES/SVS/MS Ofício n° 3821 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/AM - Ofício 0783/DIPRE/FVS-AM e 0468/DIPRE/FVS-AM</p> <p>Ofício: SES/AM</p>

	Guatapar/SP	<p>Nota Técnica: n 269/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício n 3801GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e SMS/Guatapar/SP - Ofício n 3802 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e Ofício 1137 GAB/SVS/MS, de 29/04/2008 -</p> <p>Respostas: SES/SP e SMS/Guatapar/SP - não tem</p>
	Iaras/SP	<p>Nota Técnica: n 270/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício n 3816/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007, e Ofício 1147/GAB/SVS/MS, de 29/04/2008</p> <p>Resposta: SES/SP - não tem</p>
	Iati/PE	<p>Nota Técnica: n 271/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PE - Ofício n 3808/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007, e Ofício 119 GAB/SVS/MS, de 29/04/2008</p> <p>Resposta: SES/PE - Ofício GGVS N. 170/08</p>
	Inaciolndia/GO	<p>Notas Técnicas: n 143/2007/DIGES/SVS/MS e 261/2007/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofício: SES/GO - Ofício n 3809/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007</p> <p>Resposta: SES/GO - Of. N 4407/07-GAB/SES, de 18/12/07 e 487/08 - SCATS</p>
	Ipaba/MG	<p>Nota Técnica: n 144/2007/DIGES/SVS/MS e n.262/2007/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofício: SES/MG - Ofício n 2147/GAB/SVS/MS, de 08/08/2007 e Ofício n. 3811/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007</p> <p>Resposta: SES/MG - Of SE n 062/07, de 28/09/07</p>
	Ipor/PR	<p>Nota Técnica: n 272/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PR - Ofício n 3815/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007</p> <p>Resposta: SES/PR - Ofício 208/2008/GS</p>

	Itaitinga/CE	<p>Nota Técnica: nº 273/2007/DIGES/SVS/MS Ofício nº 3819/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e Ofício 1143/GSB/svs/MS, de 29/04/2007 Resposta: SES/CE - não tem</p> <p>Ofício: SES/CE -</p>
	Laranjal/MG	<p>Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente as ações sob a responsabilidade da SVS</p>
	Marituba/PA	<p>Nota Técnica: Não elaborada tendo em vista que não constava nenhuma irregularidade referente às ações sob a responsabilidade da SVS</p>
	Ninheira/MG	<p>Nota Técnica: nº 145/2007/DIGES/SVS/MS Ofício nº 2151/GAB/SVS/MS, de 08/08/2007 Resposta: SES/MG - Of. SE nº 059/07, de 28/09/07</p> <p>Ofício: SES/MG -</p>
	Nova Guarita/MT	<p>Nota Técnica: nº 01/2008/DIGES/SVS/MS Ofício nº 111/GAB/SVS/MS, de 17/01/2008 e Ofício nº. 1140/GAB/SVS/MS, de 29/04/2008 Resposta: SES/MT - Ofício Nº. 1997/2008/GAB-SES</p> <p>Ofício: SES/MT -</p>
	Olho D'Água do Casado/AL	<p>Nota Técnica: nº 274/2007/DIGES/SVS/MS Ofício nº 3818/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e Ofício nº. 1144/GAB/SVS/MS, de 29/04/2008 Resposta: SES/AL - não tem</p> <p>Ofício: SES/AL -</p>
	Olho D'Água dos Borges/RN	<p>Nota Técnica: nº 03/2008/DIGES/SVS/MS Ofício nº 164/GAB/SVS/MS, de 23/01/2008, Ofício 1776 GAB/SVS/MS, de 11/06/2008 e Ofício 1138/GAB/SVS/MS, de 29/04/2008 Resposta: SES/RN - não tem</p> <p>Ofício: SES/RN -</p>

	Panamá/GO	<p>Nota Técnica: n° 260/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício n° 3806/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e Ofício 1145 GAB/SVS/MS, de 29/04/2008 Resposta: SES/GO - Of. 1210/2008 - GAB/SES e Ofício N°.561/08 SCATS</p>
	Palmeirante/TO	<p>Nota Técnica: n° 275/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/TO - Ofício n° 3814/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e Ofício 1149GAB/SVS/MS, de 29/04/2008 Resposta: SES/TO - Ofício/SESAU/GABSEC N°. 3560/08</p>
	Paranaíba/MS	<p>Nota Técnica: n° 276/2007/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MS - Ofício n° 3805/GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e Ofício N 167 1141 GAB/SVS/MS, de 29/04/2008 Resposta: SES/MS - DVS/SES/MS N°. 7509/08</p>
	Pedra Bonita/MG	<p>Notas Técnicas: n° 111/2007/DIGES/SVS/MS e n° 277/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MG - Ofício n° 3811 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e Ofício 2156AGB/SVS/MS, de 01/08/2007 Resposta: SES/MG - Of. SE n° 063/07, de 28/09/07</p>
	Pirapora do Bom Jesus/SP	<p>Nota Técnica: n° 278/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/SP - Ofício n° 3816 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/SP - não tem</p>
	Salitre/CE	<p>Nota Técnica: n° 279/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/CE - Ofício n° 3819 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 Resposta: SES/CE - não tem</p>
	Santa Luzia/ MA	<p>Nota Técnica: n° 280/2007/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MA - Ofício n° 3812 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e Ofício 1142 GAB/SVS/MS, de 29/04/2008 Resposta: SES/MA - não tem</p>

	São João do Urutiga/ RS	<p>Nota Técnica: nº 281/2007/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofícios: SES/RS - Ofício nº 3810 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007</p> <p>Resposta: SES/RS - Of. 011/08/GAB/CEVS/SES, de 14/02/08, solicitando prorrogação do prazo de resposta até 15/03/08, e OF/GAB 544/2008.</p>
	São Miguel do Tocantins/ TO	<p>Notas Técnicas: nº 146/2007/DIGES/SVS/MS e nº 263/2007/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofícios: SES/TO - Ofício nº 3803 GAB/SVS/MS, de 31/12/2007 e 1148 GAB/SVS/MS, de 29 de abril de 2008 e Ofício 2144 GAB/SVS/MS, de 08/08/2008</p> <p>Resposta: SES/TO - SESAU/GABSEC Nº3560/08</p>
	Turilândia/MA	<p>Nota Técnica: nº 257/2007/DIGES/SVS/MS - encaminhado ao DENASUS para pronunciamento.</p>
	Uttinga/BA	<p>Nota Técnica: nº 71/2008/DIGES/SVS/MS</p> <p>Despacho: 54/2008/DIGES/SVS/MS, de 20/06/2008</p>
23º	Ofícios nº 27407/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 22 de agosto de 2007 e nº 798/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 15 de janeiro de 2008	<p>DENASUS - Memorando nº 18/DIGES/SVS/MS, 22/01/2008 - CGU: Of. Nº 160/GAB/SVS/MS, de 22/01/08</p>
	Alto Alegre do Pindaré/MA	<p>Nota Técnica: nº 95/2008/DIGES/SVS/MS Encaminhado ao DENASUS para providências cabíveis.</p>
	Alto Boa Vista/MT	<p>Nota Técnica: nº 126/2008/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofício: SES/MT - Ofício nº 2715 GAB/SVS/MS, de 29/08/2008</p> <p>Resposta: SES/MT - não tem</p>
	Arcoverde/PE	<p>Nota Técnica: nº 117/2008/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofícios: SES/PE- Ofício nº 2646 GAB/SVS/MS, de 22/08/2008</p> <p>Resposta: SES/PE - não tem</p>
	Banzaê/BA	<p>Informe que não consta nenhuma irregularidade referente às ações sob a responsabilidade da SVS</p>

Campos Belos/GO	<p>Nota Técnica: nº 112/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício nº 2637 GAB/SVS/MS, de 22/08/2008 Resposta: SES/GO - não tem</p>
Cananéia/SP	<p>Nota Técnica: nº 97/2008/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/SP - Ofício nº 2605 GAB/SVS/MS, de 20/08/2008 e SMS/Cananéia/SP nº. 2604 GAB/SVS/MS, de 20/08/2008 Resposta: SES/SP e SMS - não tem</p>
Catarina/CE	<p>Nota Técnica: nº 98/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/CE - Ofício nº 2585 GAB/SVS/MS, de 20/08/2008 Resposta: SES/CE - não tem</p>
Catingueira/PB	<p>Nota Técnica: nº 92/2008/DIGES/SVS/MS Encaminhado ao DENASUS para providências</p>
Divisa Nova/MG	<p>Notas Técnicas: nº. 53/2008/DIGES/SVS/MS e nº 101/2008/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MG - Ofício nº 1296 GAB/SVS/MS, de 07/05/2008; Procuradoria da República/MG - Ofício nº. 1313 GAB/SVS/MS Resposta: SES/MG - GVA 045/2008 e GVA 092/2008</p>
Engenheiro Navarro/MG	<p>Nota Técnica: nº 116/2008/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MG - Ofício nº 2645 GAB/SVS/MS, de 22/08/2008 Resposta: SES/MG - não tem</p>
Guarará/MG	<p>Nota Técnica: nº 108/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 2152 GAB/SVS/MS, de 14/07/2008 Despacho: nº. 75/2008/DIGES/SVS/MS Resposta: SES/MG - não tem</p>

Itapicuru/BA	<p>Notas Técnicas: n° 39/2008/DIGES/SVS/MS e n° 102/2008/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/2614 - Ofício n° 3803 GAB/SVS/MS, de 32/08/2008 e Ofício n° 992 GAB/SVS/MS de 23/04/2008. Resposta: SES/TO - não tem</p>
Itararé/BA	<p>Informe que não consta nenhuma irregularidade referente às ações sob a responsabilidade da SVS</p>
Jenipapo dos Vieiras/MA	<p>Nota Técnica: n° 99/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MA - Ofício n° 2586 GAB/SVS/MS, de 20/08/2008 Resposta: SES/MA - não tem</p>
Meleiros/SC	<p>Nota Técnica: n° 91/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SC - não tem</p>
Mirandiba/PE	<p>Nota Técnica: n° 115/2008/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/PE- Ofício n° 2646 GAB/SVS/MS, de 22/08/2008 Resposta: SES/PE - não tem</p>
Parecis/RO	<p>Notas Técnicas: n° 78/2008/DIGES/SVS/MS e n° 93/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: Procuradoria da República no Município de Ji-Paraná - Ofício n° 2016 GAB/SVS/MS, de 30/06/2007 Encaminhado ao DENASUS para pronunciamento</p>
Paulínea/SP	<p>Nota Técnica: n° 96/2008/DIGES/SVS/MS Ofícios: não tem</p>
Quatro Barras/PR	<p>Nota Técnica: n° 104/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PR- Ofício n° 2583 GAB/SVS/MS, de 32/08/2008 Resposta: SES/PR - Ofício n° 2719/2008/GS</p>
Quitériaópolis/CE	<p>Nota Técnica: n° 114/2008/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/CE- Ofício n° 2638 GAB/SVS/MS, de 22/08/2008 Resposta: SES/CE - 2191/2008-GABSEC</p>

	<p>Nota Técnica: nº 100/2008/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/PE - Ofício nº 2608 GAB/SVS/MS, de 20/08/2008 e SMS/Quixadá/PE nº. 2607 GAB/SVS/MS, de 20/08/2008 Resposta: SES/PE - não tem</p>
<p>Quixabá/PE</p>	
<p>Salinas/MG</p>	<p>Nota Técnica: nº 94/2008/DIGES/SVS/MS Ofícios: SES/MG - Ofício nº 2582 GAB/SVS/MS, de agosto de 2008. Resposta: SES/MG - não tem</p>
<p>Teresina de Goiás/GO</p>	<p>Nota Técnica: nº 103/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício nº 2584 GAB/SVS/MS, de 20/08/2008 Resposta: SES/GO - Ofício nº. 3010/2008-GAB/SES</p>
<p>Vista Alegre/RS Encaminhado ofício</p>	<p>Nota Técnica: nº 113/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RS - Ofício nº 2639 GAB/SVS/MS, de 22/08/2008 Resposta: SES/RS - não tem</p>
<p>24º</p> <p>Ofícios nº 25178/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 11 de agosto de 2008</p> <p>Acaraú/CE</p> <p>Acopiara/CE</p> <p>Arujá/SP</p> <p>Bandeirantes/PR</p>	<p>CGU: Of. Nº 142/GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Nota Técnica: nº 30/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/CE - Ofício nº 658GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 Resposta: SES/CE - não tem</p> <p>Nota Técnica: nº 29/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/CE - Ofício nº 658GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 Resposta: SES/CE - não tem</p> <p>Nota Técnica: Não realizada Ofício nº 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Nota Técnica: Não realizada Ofício nº 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Ofício: CGU -</p> <p>Ofício: CGU -</p>

	<p>Campo Alegre/AL</p> <p>Caraguatatuba/SP</p> <p>Careiro/AM</p> <p>Cedral/MA</p> <p>Cocos/BA</p> <p>Curaça/BA</p> <p>Ecoporanga/ES</p> <p>Fátima/BA</p> <p>Flora Rica/SP</p> <p>Ibitiara/BA</p> <p>Lavras da Mangabeira/CE</p>	<p>Nota Técnica: n° 28/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AL - Ofício n° 657GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 Resposta: SES/AL - não tem</p> <p>Nota Técnica: n° 27/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício n° 661GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/CE - não tem</p> <p>Nota Técnica: n° 26/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AM - Ofício n° 662GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/AM - não tem</p> <p>Irregularidades apontadas de competência do DENASUS Ofício: CGU - Ofício n° 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Ofício: CGU - Ofício n° 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Ofício: CGU - Ofício n° 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Nota Técnica: n° 107/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/ES - Ofício n° 2270GAB/SVS/MS, de 23/07/2008 e Ofício: CGU - Ofício n° 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/ES - não tem</p> <p>CGU - Ofício n° 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Nota Técnica: n° 23/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício n° 661GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/SP - não tem</p> <p>CGU - Ofício n° 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Nota Técnica: n° 22/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/CE - Ofício n° 658GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/CE - não tem</p>
--	---	--

25º	Mirabela/MG	<p>Nota Técnica: nº 21/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 656GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/MG - não tem</p>
	Montividiu/GO	Ofício: CGU - Ofício nº. 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009
	Nina Rodrigues/MA	Ofício: CGU - Ofício nº. 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009
	Nova Bandeirantes/MT	Ofício: CGU - Ofício nº. 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009
	Oeiras do Pará/PA	Ofício: CGU - Ofício nº. 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009
	Piedade de Ponte Nova/MG	Ofício: CGU - Ofício nº. 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009
	Riachão do Dantas/SE	Ofício: CGU - Ofício nº. 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009
	Santa Maria da Boa Vista/PE	<p>Nota Técnica: nº 20/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PE - Ofício nº 660GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/PE - não tem</p>
	Sirinhaém/PE	<p>Nota Técnica: nº 70/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PE - Ofício nº 2449GAB/SVS/MS, de 12/08/2008 Resposta: SES/PE -OF GAB 2585/08</p>
	São Luiz/RR	<p>Nota Técnica: nº 31/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RR - Ofício nº 659GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/RR - não tem</p>
	Treze Tílias/SC	Ofício: CGU - Ofício nº. 142GAB/SVS/MS, de 20/01/2009
	Ofícios nº 32822/DSSAU/DS/FC/CGU-PR, de 15 de outubro de 2008	CGU: Of. Nº 141/GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 e Memorando Denasus nº 134 /DIGES/SVS/MS
	Água Clara/MS	Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009
	Alagoa/MG	Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009

	<p>Araguapaz/GO</p> <p>Aramina/SP</p> <p>Areal/RJ</p> <p>Boa Esperança do Iguaçu/PR</p> <p>Camamu/BA</p> <p>Candelária/RS</p> <p>Carutapera/MA</p> <p>Centenário/RS</p> <p>Chapada Gaúcha/MG</p>	<p>Nota Técnica: n° 55/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício n° 653GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/GO - não tem</p> <p>Nota Técnica: n° 54/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício n° 665GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/SP - não tem</p> <p>Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Nota Técnica: n° 53/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PR - Ofício n° 649GAB/SVS/MS, de 06/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/PR - não tem</p> <p>Nota Técnica: n° 52/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/BA - Ofício n° 646GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/BA - não tem</p> <p>Nota Técnica: n° 51/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RS - Ofício n° 664GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/RS - não tem</p> <p>Nota Técnica: n° 50/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MA - Ofício n° 667GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/MA - não tem</p> <p>Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p>
--	--	---

	<p>Colatina/ES</p> <p>Coqueiro Seco/AL</p> <p>Cromínia/GO</p> <p>Erico Cardoso/BA</p> <p>Heliodora/MG</p> <p>Itabatiana/PB</p> <p>Jardinópolis/SP</p> <p>Lagoa Real/BA</p> <p>Machado/MG</p>	<p>Nota Técnica: nº 49/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/ES - Ofício nº 652GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/ES - não tem</p> <p>Nota Técnica: nº 48/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AL - Ofício nº 651GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/AL - não tem</p> <p>Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Nota Técnica: nº 47/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/BA - Ofício nº 646GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/BA - não tem</p> <p>Nota Técnica: nº 46/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG- Ofício nº 666GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/MG - não tem</p> <p>Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p> <p>Nota Técnica: nº 45/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 665GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/SP - não tem</p> <p>Nota Técnica: nº 44/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/BA - Ofício nº 646GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/BA - não tem</p> <p>Nota Técnica: nº 138/2008/DIGES/SVS/MS Ofício: Procuradoria da República em Varginha/MG - Ofício nº 3520GAB/SVS/MS, de 29/10/2008 Resposta: SES/MG - não tem</p>
--	--	---

	<p>Manoel Viana/RS</p>	<p>Nota Técnica: nº 43/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RS - Ofício nº 664GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/RS - não tem</p>
	<p>Matupá/MT</p>	<p>Nota Técnica: nº 42/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MT - Ofício nº 648GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/MT - não tem</p>
	<p>Nova Lima/MG</p>	<p>Nota Técnica: nº 41/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 666GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/MG - não tem</p>
	<p>Nova Russas/CE</p>	<p>Nota Técnica: nº 40/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/CE - Ofício nº 650GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/CE - não tem</p>
	<p>Pindoba/AL</p>	<p>Nota Técnica: nº 39/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AL - Ofício nº 651GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/AL - não tem</p>
	<p>Porto Alegre do Tocantins/TO</p>	<p>Nota Técnica: nº 38/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/TO - Ofício nº 647GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/TO - não tem</p>
	<p>Primeira Cruz/MA</p>	<p>Nota Técnica: nº 37/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MA - Ofício nº 667GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº. 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/MA - não tem</p>

	Primeiro de Maio/PR	<p>Nota Técnica: n° 57/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PR - Ofício n° 649GAB/SVS/MS, de 06/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/PR - não tem</p>
	Ribeira/SP	<p>Nota Técnica: n° 36/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício n° 665GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/SP - não tem</p>
	São Félix do Xingu/PA	<p>Nota Técnica: n° 35/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PA - Ofício n° 655GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/PA - não tem</p>
	São Jerônimo/RS	<p>Nota Técnica: n° 34/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RS - Ofício n° 664GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 Resposta: SES/RS - não tem (Não consta no Plano de Providências)</p>
	Serra Caiada/RN (Ex-Presidente Juscelino)	<p>Nota Técnica: n° 33/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RN - Ofício n° 654GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício - CGU n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/RN - não tem</p>
	Tanque Novo/BA	<p>Nota Técnica: n° 56/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/BA - Ofício n° 646GAB/SVS/MS, de 09/03/2009 e Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009 Resposta: SES/BA - não tem</p>
	Teixeirópolis/RO	<p>Ofício: CGU - Ofício n° 141GAB/SVS/MS, de 20/01/2009</p>
	26°	<p>Ofícios n° 42087/DSSAU/DS/SFC/CGU-PR, de 31 de dezembro de 2008</p>
		<p>CGU: Of. N° 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 DENASUS: Memorando n° 162/DIGES/SVS/MS, de 24/04/2009</p>

Alegrete do Piauí/PI	Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 encaminhando o Plano de Providências
Altos/PI	<p>Nota Técnica: nº 115/2009/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofício: SES/PI - Ofício nº 1269/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009</p> <p>Resposta: SES/PI - não tem</p>
Apicum-Açu/MA	<p>Nota Técnica: nº 116/2009/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofício: SES/MA - Ofício nº 1266/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009</p> <p>Resposta: SES/MA - não tem</p>
Bandeira do Sul/MG	Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009
Buriti de Goiás/GO	<p>Nota Técnica: nº 117/2009/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofício: SES/GO - Ofício nº 1265/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009</p> <p>Resposta: SES/GO - não tem</p>
Campo Formoso/BA	<p>Nota Técnica: nº 142/2009/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofício: SES/BA - Ofício nº 1274/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009</p> <p>Resposta: SES/BA - não tem</p>
Carmo do Cajuru/MG	Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009
Conselheiro Pena/MG	Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009
Coronel Murta/MG	<p>Nota Técnica: nº 118/2009/DIGES/SVS/MS</p> <p>Ofício: SES/MG - Ofício nº 1267/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009</p> <p>Resposta: SES/MG - não tem</p>

Corupá/SC	Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009
Duque Bacelar/MA	Nota Técnica: nº 119/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MA - Ofício nº 1266/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/MA - não tem
Eldorado/MS	Nota Técnica: nº 120/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MS - Ofício nº 1264/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/MS - não tem
Girau do Ponciano/AL	Nota Técnica: nº 121/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AL - Ofício nº 1273/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/AL - não tem
Ibirataia/BA	Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009
Iconha/ES	Nota Técnica: nº 122/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/ES - Ofício nº 1272/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/ES - não tem
Ipiaçu/MG	Nota Técnica: nº 123/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MG - Ofício nº 1267/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/MG - não tem
Ipubi/PE	Nota Técnica: nº 124/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PE - Ofício nº 1268/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/PE - não tem

Itaquaru/GO	<p>Nota Técnica: nº 125/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/GO - Ofício nº 1265/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/GO - não tem</p>
Itapevi/SP	<p>Nota Técnica: nº 126/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 1276/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/SP - não tem</p>
Itarema/CE	<p>Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009</p>
Maricá/RJ	<p>Nota Técnica: nº 128/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RJ - Ofício nº 1270/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/RJ - não tem</p>
Martinópolis/SP	<p>Nota Técnica: nº 129/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 1276/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/SP - não tem</p>
Matias Barbosa/MG	<p>Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009</p>
Moreira Sales/PR	<p>Nota Técnica: nº 131/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PR - Ofício nº 1271/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/PR - não tem</p>
Murici dos Portelas/MS	<p>Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009</p>
Nipoa/SP	<p>Nota Técnica: nº 133/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 1276/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/SP - não tem</p>
Nova Santa Bárbara/PR	<p>Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009</p>

Pacajá/PA	<p>Nota Técnica: nº 134/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PA - Ofício nº 1262/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/PA - não tem</p>
Pesqueira/PE	Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009
Pitumbu/PB	Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009
Porto Estrela/MT	<p>Nota Técnica: nº 135/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MT - Ofício nº 1263/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/MT - não tem</p>
Rincão/SP	<p>Nota Técnica: nº 136/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/SP - Ofício nº 1276/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/SP - não tem</p>
Roteiro/AL	<p>Nota Técnica: nº 137/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/AL - Ofício nº 1273/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/AL - não tem</p>
Santo Antônio da Patrulha/RS	Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009
São Domingos do Sul/RS	<p>Nota Técnica: nº 141/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RS - Ofício nº 1275/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/RS - não tem</p>
São José de Ribamar/MA	<p>Nota Técnica: nº 138/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/MA - Ofício nº 1266/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/MA - não tem</p>
São José do Jacuri/MG	Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009

	<p>São Nicolau/RS</p>	<p>Nota Técnica: nº 139/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/RS - Ofício nº 1275/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/RS - não tem</p>
	<p>São Salvador do Tocantins/TO</p>	<p>Nota Técnica: nº 140/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/TO - Ofício nº 1277/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/TO - não tem</p>
	<p>São Sebastião da Boa Vista/PA</p>	<p>Nota Técnica: nº 132/2009/DIGES/SVS/MS Ofício: SES/PA - Ofício nº 1262/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 e Ofício: CGU - Ofício nº 1278/GAB/SVS/MS, de 24/04/2009 Resposta: SES/PA - não tem</p>

13. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Referência	Providências Adotadas
Ofício nº 1617/2007/TCU/SECEX-RJ-4º DT, de 27/06/2007, referente ao Acórdão nº1187/2007-Plenário.	Nota Técnica nº 114/2007/CGPNCD/DIGES/SVS/MS encaminhado ao TCU em 11/10/2007
Ofício nº 325/2007/TCU/SECEX - 4 referente ao Acórdão nº 810/2007	Nota Técnica nº 63/2008 CGPNCD/DIGES/SVS/MS encaminhada ao TCU - ofício nº 1484 GAB/SVS/MS em 21/05/2008
Ofício 1708/2007- TCU/Secex – 4/ SA referente ao Acórdão 2458/2007	Nota Técnica nº 64/2008 CGPNCD/DIGES/SVS/MS, encaminhada ao TCU – ofício nº 1077/GAB/SVS/MS em 28/04/2008
Relatório de Auditoria nº 207402 VIGISUS II, Exercício 2007	Ofício nº 2029 GAB/SVS/MS, de 03/07-08 encaminhado à CGU
Relatório Anual de Auditoria nº 208077, Memo nº 034/AECI/GM/MS de 06 de junho de 2008, DESPACHO 100/AECI/GM de 13 de abril de 2009	DESPACHO nº143/2009/ASPLAN-PN-DST/AIDS/SVS/MS de 22 de abril de 2009 – encaminhado à AECI/GM - Memorando nº 43/CGPLO/SVS/MS de 23/04/2009
Ofício nº 29 SE – C.Civil/PR de 25/01/07, referente ao Acórdão nº 2.259/2006 – TCU – PLENÁRIO	Ofício nº 2.143 / GAB/SVS/MS de 07/08/07 encaminha ao TCU resposta ao ofício nº 54/2007- TCU/SEPROG
Ofício nº 559/2007 – TCU/SEMAG – 3DT	DESPACHO Nº 1999/GAB/SVS/MS de

de 6/11/2007 referente ao Despacho AECI nº 496/2007, Memo nº 72/2008 – AECI/GM de 07/11/2008	20/06/2006, DESPACHO nº 3927/2008/GAB/SVS/MS encaminhada à AECI/MS em 24/11/2008
Aviso TCU nº 1338/2008 referente ao Acórdão 2067/2008 – TCU – PLENÁRIO	Nota Técnica nº 246/2008 CGPNCD/DIGES/SVS/MS de 25/11/2008 encaminhada à AECI em 29/12/2008
Ofício nº 3373/2008 – TCU/SECEX – 4/SA referente ao Acórdão nº 1027/2008 do TCU encaminhamento do Relatório par providências	DESPACHO nº 2259/2008 GAB/SVS/MS de 15/07/2008, encaminhado à Coordenação Geral do Gabinete do Ministro com Despacho nº 109/2008/ASJUR/PN-DST/Aids/SVS/MS
Ofício nº 1195/2008 TCU 25004.018307/2008-13, referente ao município de Itapevi-SP	Ofício nº 1326/2009/DIGES/SVS/MS de 28/04/2009, encaminhado ao Município de Itapevi/SP

14. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Os atos desse ítem são centralizados na Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério da Saúde e, conforme resposta enviada pela área constará do Processo de Tomada de Contas Anual da referida.

15. DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

16. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Demonstrativo da composição de Recursos Humanos da SVS

Descrição	2006	2007	2008
Ativos permanentes	96	98	91
Nomeados para Cargo em Comissão	05	05	05
Contrato Temporário da União	48	09	01
Estagiários	28	75	52
Total	177	187	149

**17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS
COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO
DESEMPENHO DA GESTÃO**

Não se aplica.

18. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

ANEXO I - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

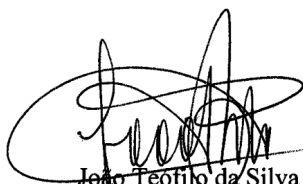
Com Ressalvas

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada - UG 257002 – Secretaria de Vigilância em Saúde que apresenta contas, ressaltando:

- a) Inexistência de profissional responsável pela contabilidade na UG;
- b) Acompanhamento contábil realizado à distância, com base nos demonstrativos contábeis e na conformidade de atos de gestão da UG executora;
- c) Falta de conformidade de atos de gestão no dia 29/12/2008.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília – DF, 10 de janeiro de 2009.



João Teófilo da Silva
Contador Responsável pela
Unidade Jurisdicionada
CRC DF-007448/O-7

ANEXO II – ROL DE RESPONSÁVEIS

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
L.40009.AN ROL DE RESPONSAVEIS
ORGAO : 36000 - MINISTERIO DA SAUDE
UG : 257002 - SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAUDE
GESTAO : 00001 - TESOIRO NACIONAL

EMISSAO: 22/04/2009
PAGINA : 001
REF. : 2008

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE : DIRIG MAX ORGAO OU ENTIDADE SUPERV OU GESTORA
SEQ: 001 - TIPO: TITULAR

AGENTE : 083.733.102-15 - GERSON OLIVEIRA PENNA
E-MAIL :

ENDERECO : SQN 112 BLOCO J APTO. 307

ANEXO DO MINISTERIO DA SAUDE

MUNICIPIO : 9701 - BRASILIA

UF: DF CEP: 70762-100

CARGO : SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAUDE

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
02/Abr/2007 PT 226 GABCI

PERIODO(S) GESTAO
01/Jan/2008 A 29/Abr/2008
10/Mai/2008 A 14/Out/2008
25/Out/2008 A 31/Dez/2008

DESIGNACAO DOU
03/Abr/2007

EXONERACAO DOU

SEQ: 001 -

TIPO: SUBSTITUTO

AGENTE : 339.511.956-49 - FABIANO GERALDO PIMENTA JUNIOR

E-MAIL :

ENDERECO : AVENIDA BRASIL, 2023/4'ANDAR

BAIRRO FUNCIONARIOS

MUNICIPIO : 4123 - BELO HORIZONTE

UF: MG CEP: 30140-000


CARGO : SECRETARIO DE VIGILANCIA EM SAUDE- SUBSTITUTO

DESIGNACAO DOCUMENTO EXONERACAO DOCUMENTO
04/Ju1/2003 PT 1034/2003

PERIODO(S) GESTAO
30/Abr/2008 A 09/Mai/2008
15/Out/2008 A 24/Out/2008

DESIGNACAO DOU
07/Ju1/2003

EXONERACAO DOU


Norma Consuelo de Souza Côrtes
Chefe de Gabinete
Secretaria de Vigilância em Saúde
ENCARREGADO DO SETOR


Gerson Oliveira Penna
Secretário de Vigilância em Saúde
DIRIGENTE DA UNIDADE